

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTES LITORÂNEOS E
INSULARES
UNESPAR - *CAMPUS* DE PARANAGUÁ**

LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO

**COMUNIDADES CAIÇARAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO, IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA
BAÍA DE GUARATUBA**

**PARANAGUÁ - PR
2023**

LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO

**COMUNIDADES CAIÇARAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE:
IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares – PALI, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Ambientais.

Linha de Pesquisa: Sustentabilidade em Ambientes Litorâneos e Insulares.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anacleto

**PARANAGUÁ - PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MICHALISZYN FILHO, LUIZ ANTONIO
COMUNIDADES CAIÇARAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO,
IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA BAÍA DE GUARATUBA / LUIZ
ANTONIO MICHALISZYN FILHO. -- Paranaguá-PR, 2023.
79 f.: il.

Orientador: Adilson Anacleto.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ambientes Litorâneos e
Insulares) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Comunidades tradicionais. 2. Unidades de
conservação. 3. Litoral do Paraná. 4. Encontro de
Saberes. 5. Conhecimentos tradicionais. I -
Anacleto, Adilson (orient). II - Título.

LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO

**COMUNIDADES CAIÇARAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO, IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA BAÍA DE
GUARATUBA**

PALE

Dissertação de mestrado apresentada Programa de Pós-graduação Ambientes Litorâneos e Insulares da Universidade Estadual do Paraná, para obtenção de Título de Mestre em Ciências Ambientais.

PARANAGUÁ, 06 de dezembro de 2023.


Programa de Pós-Graduação
em Ambientes Litorâneos
e Insulares - UNESPAR

Banca examinadora:

Dr. Adilson Anacleto (UNESPAR/Paranaguá) – orientador

Dr. Alessandro Vinícios Schneider (UNIOESTE) – examinador

Dra. Luciane Scheuer (UNESPAR/Paranaguá) – examinador


Alessandro V. Schneider
Luciane Scheuer

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às comunidades caiçaras que vivem em Guaratuba, cuja resiliência, conhecimento ancestral e profundo vínculo com o meio ambiente inspiraram e motivaram esta pesquisa. De modo especial às famílias que generosamente compartilharam suas histórias e perspectivas. Este trabalho é dedicado a vocês, que desempenham um papel vital na conservação de ecossistemas únicos e na preservação da diversidade cultural que enriquece essa parte do litoral Paranaense.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à comunidade caiçara do Parati, na Baía de Guaratuba, cuja hospitalidade, disposição para compartilhar seus conhecimentos e experiências foram fundamentais para a condução desta pesquisa. Sem a colaboração e generosidade dessas famílias, este estudo não teria sido possível.

À UNESPAR, ao PALI (Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares) e seus professores, meu profundo agradecimento. Suas orientações e apoio foram inestimáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu orientador, Adilson Anacleto, minha gratidão pela disposição, paciência e orientação ao longo deste processo. Sua visão e motivação compartilhadas em todos os momentos foram inspiradoras e fundamentais para o sucesso deste trabalho.

À minha esposa Juli, meu amor, gratidão e consideração imensa pelo apoio constante, carinho e compreensão ao longo de todas as etapas deste projeto. Sem você não seria possível.

Aos meus familiares, amigos e colegas, que me apoiaram de diversas formas, meu profundo reconhecimento. Suas palavras de encorajamento e compreensão foram um grande estímulo.

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, e cada um de vocês desempenhou um papel significativo nele. Obrigado por fazerem parte desta jornada tão importante em minha vida.

“Esse novo ecologismo que absorve princípios do chamado ‘novo naturalismo’ de Moscovici se traduz em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural como base para manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais.”

Antonio Diegues (2008)

MICHALISZYN FILHO Luiz Antonio. Comunidades caiçaras em áreas de preservação permanente: implicações socioculturais e os direitos ambientais. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares da Unespar *campus* de Paranaguá – PR. 2023

RESUMO

O processo de colonização do litoral do Paraná foi caracterizado pela mistura racial de europeus, negros com as tribos indígenas, surgindo às comunidades caiçaras, que praticam a agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo vegetal. Ocorreu que significativa parte dessa região litorânea foi transformada em áreas de preservação ambiental o que afetou a forma de viver nessas comunidades. Diante do exposto, objetivando promover um diagnóstico sobre a percepção neste novo cenário, realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva junto a 5 famílias consideradas líderes em suas comunidades e residentes no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. O estudo revelou que os moradores não foram consultados para a criação do parque, foram relatadas dificuldades no extrativismo e a coibição enérgica pelas instituições de fiscalização ambiental quando do abate de pequenos animais silvestres para consumo familiar. Conclui-se que apesar dos moradores possuírem os direitos assegurados por constituição quanto ao uso dos recursos naturais, as comunidades tradicionais na região não tiveram seus processos de reconhecimento iniciados. Assim, o estado que deveria ser democrático, não cumpre a sua função e impõe as comunidades socialmente vulneráveis maiores dificuldades de sobrevivência, acelera o definhamento dessas comunidades com relevância histórica e cultural no litoral Brasileiro.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, Unidades de Conservação, Litoral do Paraná, Encontro de Saberes, Conhecimentos tradicionais.

ABSTRACT

The colonization process of the coast of Paraná was characterized by the racial mixing of Europeans, Africans, and indigenous tribes, giving rise to the caiçara communities, which practice subsistence agriculture, artisanal fishing, and plant extractivism. However, a significant portion of this coastal region was transformed into environmental preservation areas, which affected the way of life in these communities. In light of the above, aiming to provide a diagnosis of the perception in this new scenario, an exploratory descriptive study was conducted with 5 families considered leaders in their communities and residing in the Saint-Hilaire/Lange National Park. The study revealed that residents were not consulted during the park's creation, and difficulties in extractivism were reported, along with vigorous enforcement actions by environmental monitoring institutions when small wild animals were hunted for family consumption. It is concluded that, despite residents having constitutionally guaranteed rights regarding the use of natural resources, the traditional communities in the region have not had their recognition processes initiated. Thus, the democratic state fails to fulfill its function and imposes greater survival challenges on socially vulnerable communities, accelerating the decline of historically and culturally significant communities on the Brazilian coast.

Keywords: Traditional communities, Conservation Units, Paraná Coast, Meeting of Knowledge, Traditional knowledge.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	12
2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRESERVAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	14
2.1 INTRODUÇÃO.....	15
2.2 METODOLOGIA.....	16
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
2.5 REFERÊNCIAS	32
3. COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE DIREITOS E DEVERES À INJUSTIÇA SOCIAL	35
3.1 INTRODUÇÃO.....	35
3.2 METODOLOGIA.....	39
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
3.5 REFERÊNCIAS	47
4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL DO PARANÁ: A EROÇÃO DO SER E SABER	49
4.1 INTRODUÇÃO.....	50
4.2 METODOLOGIA.....	52
4.2.1 Natureza do estudo	52
4.2.2 Caracterização da região do estudo.....	53
4.2.3 Escolha do local da pesquisa	53
4.2.4 Período das visitas, coleta e análise dos dados.....	54
4.3 RESULTADOS	54
4.4 DISCUSSÃO.....	57
4.4.1 Impacto da Criação do Parque na Comunidade Caiçara.....	58
4.4.2 Alternativas Sustentáveis para a Comunidade	61
4.4.3 Educação e Envelhecimento	64
4.4.4 Impactos nas Práticas Tradicionais	67
4.4.5 Falta de Consulta Pública e Diálogo.....	68
4.4.6 Desejo de Permanecer na Região	70
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
4.6 REFERÊNCIAS	73
5 IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS	75
5.1 REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os conflitos sociais bem como de natureza ambiental ocorrem de forma acentuada quando da criação e implantação de unidades de conservação em locais habitados por comunidades. O litoral sul do Paraná é uma região recoberta por floresta atlântica onde foram criadas várias unidades de conservação e parques ambientais, está o Parque Nacional Saint Hilaire-Lange, criado em 23 de maio de 2001 por meio da Lei nº 10.227 e que, além de ser a primeira Unidade de Conservação do país criada pelo Poder Legislativo Federal. O Parque está alocado na Serra do Mar paranaense, limitando-se com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do rio Cubatãozinho. Suas áreas variam de 10 metros sobre o nível do mar até 1.400 metros onde estão as montanhas do maciço Serra da Prata. A Unidade de Conservação é de grande importância, pois integra o núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e parte da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba, protegendo assim um dos trechos mais conservados da Mata Atlântica do país. O parque tem ainda grande importância ecológica uma vez que, por seu posicionamento geográfico, constitui um elo fundamental na composição do Mosaico dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Litoral Sul de São Paulo e do Litoral do Paraná (PNSHL, 2022).

A região do parque é povoada por diversas comunidades caiçaras que historicamente habitam as regiões da baía de Guaratuba e as áreas de florestas nativas, entre as comunidades citadas destaca-se as comunidades do Cabaraquara e Parati, onde famílias remanescentes de comunidades caiçaras ainda vivem em relação de grande dependência com a natureza, sobrevivendo da pesca artesanal bem como da agricultura de subsistência.

Similarmente a outras regiões onde foram criadas as áreas de preservação do meio ambiente nas comunidades citadas, a mudança do cenário trouxe impactos diretos e que refletiram em alterações substanciais no seu modo de viver o que em muitos aspectos é conflitante com a cultura e forma de viver nestes locais.

A compreensão dos conflitos ambientais, sua origem e dinâmica, é essencial uma vez que é a partir desta compreensão que surgirão propostas mais assertivas para solução ou mitigação dos problemas. Nesse contexto, a pesquisa científica assume um importante papel na medida em que é premissa realizar estudos que deem suporte para este tipo de ações, planejamento e ainda orientar políticas públicas.

Entretanto, percebe-se que são poucas as pesquisas realizadas sobre o tema, especialmente quando considerada a área relativa ao litoral sul do Paraná e que envolvam comunidades tradicionais, notadamente as remanescentes de caiçaras.

Nesse ponto, é relevante esclarecer que a escolha pelo tema e estudo, relacionados à comunidade de Parati, foi motivada, em grande parte, por razões pessoais e uma profunda conexão com a região do pesquisado devido suas atividades profissionais, voluntárias ou de lazer.

Destaca-se, ainda, o interesse especial pela comunidade de Parati, um local onde o pesquisador desenvolveu relações de amizade há muitos anos. Portanto, a oportunidade de conduzir este estudo, que une afeto pela região, pessoas e pela natureza, bem como a perspectiva de contribuir para a melhoria das condições das pessoas que vivem nessas comunidades, representou um fator significativo na seleção deste tema de pesquisa.

A questão central deste estudo aborda se a comunidade teve garantidos seus direitos fundamentais como o uso da terra, participação social e proteção e preservação de tradições culturais e conhecimentos tradicionais essenciais para a identidade das comunidades, bem como para a conservação, uma vez que as comunidades caiçaras têm em sua essência uma história de ocupação e uso sustentável do ambiente costeiro. Seus conhecimentos tradicionais sobre a pesca, agricultura, artesanato e outros aspectos estão intimamente ligados à natureza.

Nesse sentido, também é importante considerar que os resultados da pesquisa podem auxiliar os gestores na tomada de decisões e desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes e inclusivas na gestão das UCs, promovendo que as pessoas nas comunidades sejam aliados para a concretização dos propósitos da conservação ambiental.

Assim, mais uma vez, evidenciando a existência de lacunas relacionadas à ao que pensa as pessoas residentes nas comunidades tradicionais organizou-se a presente pesquisa que em contexto geral objetivou elaborar um diagnóstico relativo às famílias remanescentes em comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba-Paraná, avaliando se em suas perspectivas seus direitos fundamentais foram garantidos após a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange.

Os resultados desta dissertação são apresentados sequencialmente nos capítulos propostos, incluindo primeiramente uma introdução geral sobre a temática.

Posteriormente é apresentado, no capítulo 2, uma revisão sistemática sobre as comunidades tradicionais e preservação ambiental no Brasil.

O terceiro capítulo refere-se a análise sobre os direitos e deveres das pessoas residentes nas comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental e a visão dos moradores sobre a injustiça social. O quarto capítulo versa acerca dos conflitos socioambientais e as comunidades tradicionais no e como a preservação do meio ambiente tem influenciado na erosão do ser e saber dessas pessoas e promove um autorretrato da percepção das lideranças sobre os próprios problemas.

Finalmente é apresentado uma análise interdisciplinar sobre as políticas públicas, o direito ambiental e o futuro das comunidades tradicionais no litoral do Paraná sob o enfoque das ciências ambientais.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E PRESERVAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO

O Litoral do Paraná é povoado por diversas comunidades caiçaras que historicamente habitam regiões de florestas que foram transformadas em unidades de conservação ambiental, no entanto faltam informações sobre os impactos que essas localidades sofreram com a implantação dessas Unidades de conservação. Diante deste contexto, o presente trabalho teve por finalidade a realização de uma revisão da literatura existente na última década sobre o tema de modo a tornar mais ampla a discussão sobre o assunto e servir de base para novas pesquisas. O estudo foi realizado com o auxílio do software Iramuteq e abrangeu, ao final, onze manuscritos sobre a temática, revelando que são poucas as pesquisas realizadas sobre o tema, especialmente quando limitadas às que tratam de conflitos sociais envolvendo unidades de conservação e comunidades tradicionais e, mais ainda, quando relacionadas a situações do litoral sul do Paraná. Diante dessa escassez de informações a realização de novas pesquisas que possam contribuir decisivamente para o desenvolvimento da região devem ser consideradas. O estudo revelou que, em contexto geral, as comunidades tradicionais se encontram abandonadas pelo poder público, pela sociedade e as várias esferas da ciência que não tem promovido, de forma assertiva, proposições para reverter o quadro atual, perpetuando o ciclo das dificuldades que

favorece o êxodo das comunidades, o que contribui para a erosão do conhecimento tradicional.

Palavras chave: conflitos sociais, comunidades tradicionais, preservação.

2.1 INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais em todo o mundo possuem relação intrínseca com os recursos naturais de seus territórios, os quais desempenham um papel fundamental para sua sobrevivência, tanto como fonte primordial de alimentos quanto como geradores de renda significativa. Neste grupo de produtos, podem ser destacados os bens de subsistência como alimentos, medicamentos, cipós, plantas ornamentais, caça e os serviços relacionados para fim de conservação e recreação e compreendem todos os outros materiais biológicos, extraídos da floresta para uso humano e, além da importância econômica, os recursos do meio ambiente podem ser dotados de significância social, religiosa ou cultural. Segundo Wickens (1991), estes tipos de produtos se explorados de forma correta são considerados uma boa alternativa para promover a conservação e mitigação da pobreza em comunidades em áreas de preservação.

No Brasil, centenas de comunidades tradicionais têm suas formas de sobrevivência ancoradas nos ecossistemas naturais, sendo que no litoral paranaense é devido às extensas áreas de Floresta Atlântica, historicamente sempre ocorreram registros de um grande número de famílias tradicionais que trabalham com a extração e beneficiamento de diversos recursos da floresta como uma de suas principais atividades, no entanto essa condição de sobrevivência tem gerado inúmeros conflitos ambientais e sociais (NEGRELLE; LIMA, 2002).

A busca pela compreensão dos conflitos ambientais e do entendimento de sua origem e dinâmica, é essencial uma vez que é a partir daí que surgirão propostas mais assertivas para solução ou mitigação dos problemas. Nesse sentido, é importante destacar que a revisão da literatura contribui no sentido de estabelecer um diálogo com os estudos já realizados, ampliando o conhecimento relativo as ações e processos de implantação das Unidades de Conservação. A revisão sistemática da literatura é importante para construção do conhecimento e segundo Creswell et al.

(2021) é possível compartilhar os resultados de outros estudos preenchendo lacunas e ampliando discussões necessárias ao desenvolvimento das situações problemas.

Assim, diante do exposto, o objetivo da presente revisão sistemática foi verificar como os estudos relativos as comunidades tradicionais no litoral do Paraná e as inter-relações com a de preservação ambiental, bem como os conflitos oriundos desses processos, e finalmente compreender como têm sido gerados e analisados no campo científico os estudos sobre o tema.

Pretende-se que as informações obtidas possam subsidiar futuras discussões e novas pesquisas científicas acerca das formas possíveis de enfrentamento dos conflitos ambientais pela proteção do meio ambiente e as perspectivas em relação ao futuro das comunidades tradicionais no litoral do Paraná.

2.2 METODOLOGIA

O estudo foi pautado em uma revisão especializada, tendo como foco em pesquisas que abordassem as questões relacionadas às comunidades tradicionais e as questões ambientais e obedeceu a metodologia similar a proposto por Pereira (2010) e Anacleto e Bueno (2021), quando foi adotada a abordagem qualiquantitativa, a partir das palavras-chaves evidenciadas no objetivo de pesquisa. Para o levantamento das informações acerca da temática, similarmente ao proposto por Anacleto et al. (2021), foram utilizadas as plataformas de base de dados científicos em periódicos do *Scielo*, *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar* por consistir em relevantes periódicos de diferentes áreas de conhecimento, do Brasil e de outros países.

A pesquisa foi realizada entre os meses de abril a setembro do ano de 2023, e teve definido como critério para seleção os trabalhos científicos publicados a partir do ano 2013 que segundo Anacleto et al. (2021) além de retratar diagnósticos mais recentes, como também poder verificar a evolução dos apontamentos sobre o tema na última década.

A ferramenta usada foi o Iramuteq que, segundo Moro et al. (2023), se adapta a este tipo de análise dado que é um software gratuito, que utiliza o ambiente estatístico do *software R*, utilizado em pesquisas especialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, para realização de análises estatísticas de textos. Suas

análises, em especial a Classificação Hierárquica Descendente, contribuíram para a interpretação de textos.

Para a operacionalização das buscas, foram definidas as seguintes palavras-chave: “povos tradicionais”; “comunidades tradicionais”; “áreas protegidas”; e “unidades de conservação”. Na formação das *strings* de busca com as palavras-chave “povos tradicionais” e “comunidades tradicionais” foi utilizado o operador booleano “ou”. O mesmo aconteceu na formação de *strings* com as palavras-chave “áreas protegidas” e “unidades de conservação”. Já para a palavra-chave “litoral do Paraná” o operador booleano utilizado foi “e”.

A palavra chave “litoral do Paraná” foi classificada como central, uma vez que se mostrou limitadora nas plataformas investigadas, gerando a exclusão de elevado número de manuscritos realizados em áreas integrantes de outras unidades da Federação, mas que também tratam de impactos sofridos por comunidades tradicionais em razão da implantação de unidades de conservação, mas que apesar de ser relevantes não eram objeto desta investigação, assim a proposta do estudo foi atendida (Quadro 1).

QUADRO 1: Palavras Chave da pesquisa realizada nas bases SciELO e Web of Science

Eixos da pesquisa	Inglês	Retorno
Área protegida	“protected areas”	103
Unidades de conservação	“conservation units”	
Comunidades tradicionais	“traditional communities”	58
povos tradicionais	“traditional people”	
String de busca	ALL= (“Área protegida” OR “Unidades de conservação”) And (“Comunidades tradicionais” OR “Povos tradicionais”)	76

As buscas realizadas na plataforma *Google Scholar* devido à maior abrangência, ocorreu de forma semelhante e o retorno quantitativo, apesar de o número menor de manuscritos identificados, observou-se que ocorreu diferenciação em relação aos manuscritos das outras plataformas investigadas (Quadro 2)

QUADRO 2: Palavras Chave da pesquisa realizada na plataforma Google Scholar.

Eixos da pesquisa	Inglês	Retorno
Área protegida	“protected areas”	14.900

Unidades de conservação	"conservation units"	
Comunidades tradicionais povos tradicionais	"traditional communities" "traditional people"	8.660
Litoral do paran�	"Coast of Paran�"	3.050
String de busca	ALL= (("�rea protegida" OR "Unidades de conserva�o") AND ("Comunidades tradicionais" OR "Povos tradicionais") AND ("Litoral do Paran�"))	34

A sele o dos documentos incluídos na revisão sistemática foi realizada utilizando, inicialmente, os filtros disponibilizados pelas bases de busca através da repeti o das palavras-chave identificada nos pr rios manuscritos (Quadro 3).

Quadro 3: Filtros da pesquisa utilizados nas plataformas Scielo, Web Of Science, Scopus e Google Scholar

Plataforma	Cr�terio de sele�o	Retorno
SciELO	Primeiro Refino: String De Busca: ALL= (("�rea protegida" OR "Unidades de conserva�o") AND ("Comunidades tradicionais" OR "Povos tradicionais"))	21
Google Scholar	Primeiro Refino: String De Busca: ALL= (("�rea protegida" OR "Unidades de conserva�o") AND ("Comunidades tradicionais" OR "Povos tradicionais") AND ("Litoral do Paran�"))	34
SciELO, WOS e Google Scholar	Segundo refino: TIPOS De Documento: Artigos	1
SciELO e Google Scholar	Terceiro Refino: Ano De Publica�o: A partir de 2015	
Resultado Scielo e WOS		21
Resultado Google Scholar		34

Após essa sele o, foi realizada a elimina o de trabalhos que se repetiam, bem como para sele o dos títulos que estavam alinhados ao tema da pesquisa. Nesse momento, foram selecionados 11 artigos que tinham em seu conteúdo rela o com o tema em estudo, e foram organizados em uma tabela contendo o ano de publica o do trabalho, a base de dados de onde foi extraído, ano, descritores, o título, temática abordada e a cita o (Quadro 4).

Quadro 4: Filtros da pesquisa para eliminar artigos duplicados devido as plataformas indexadas

Ano	Descritores	Título	Temática	Citação
2015	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Litoral do Paraná	As relações existentes entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua zona rural de entorno: uma contribuição para a gestão.	-Áreas naturais protegidas e as novas gerações -Perspectivas dos moradores sobre a criação/gestão da unidade de conservação (UC). -Validade dos procedimentos adotados na criação do Parque. -Análise da possibilidade de espaço propício para ações de gestão participativa. -Preservação ambiental com a participação social para o desenvolvimento regional e uso racional dos recursos naturais.	QUADROS, Juliana et al. Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. Sustainability in Debate, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.
2015	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Povos tradicionais -Litoral do Paraná	As influências de aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da localidade do Parati – Guaratuba/PR na dinâmica de conflitos socioambientais entre populações e unidades de conservação.	- Caracterização da população da localidade do Parati. - Levantamento de conflitos socioambientais na região. - Questões centrais observadas: embargo da estrada, restrição de áreas para plantio, ausência de serviços e estruturas de atendimento básico a população.	DOS SANTOS, P. e QUADROS, J. As influências de aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da localidade do Parati – Guaratuba/PR na dinâmica de conflitos socioambientais entre populações e unidades de conservação. Culturas e Biodiversidade: O presente que temos e o futuro que queremos. p. 429-437, 2015.
2015	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Povos tradicionais -Litoral do Paraná	Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange	- Os conselhos são mecanismos importantes de participação social. - Destaca o papel dos conselhos gestores de Unidades de Conservação, estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Reconhece o conselho como modelo de inclusão social e gestão participativa de áreas protegidas. Apesar da participação social estar assegurada por normativas legais, ela não é totalmente efetiva na prática. O caso do PNSHL é um exemplo comprometido com a aplicação dos instrumentos que possibilitam a inclusão das comunidades do entorno e da sociedade civil em geral no processo de gestão.	QUADROS, Juliana et al. Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. Sustainability in Debate, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.
2015	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Povos tradicionais -Litoral do Paraná	Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná	- Avalia a participação social ou gestão participativa, dentro da conservação ambiental ou socioambiental no Brasil, através da teoria social e política. -Descreve que o conselho gestor da APA de Guaratuba, locus oficial de participação social da arena ambiental na região do litoral sul do Paraná, apesar de ser uma importante instância de decisão e consequente gestão dos bens naturais comuns na baía de Guaratuba, está aquém na deliberação e possui lacunas de representação da sociedade civil. - Retrato da herança histórica de conflitos e desacordos dos "nativos" com os órgãos e as leis ambientais que não ajudaram a construir efetivamente. - As diferentes esferas de gestão dos bens naturais comuns ainda estão pouco integradas e as instâncias oficiais democráticas não são suficientes para lidar com toda a diversidade cultural e de situações que permeiam a relação natureza e sociedade.	MELLINGER, Larissa ; FLORIANI, Dimas. Democratic participation in the management of common natural resources and the native populations in the Southern Coast of Paraná. Ambiente & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 1–22, 2015.
2016	-Comunidades tradicionais -Povos tradicionais -Litoral do Paraná	Atores Sociais e Conflitos Socioambientais: uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, Litoral do Paraná.	- Os conflitos são consubstanciais inerentes às relações sociais. -Disputas entre grupos sociais que resultam de diferentes tipos de relação e territorialidades -Demarcação territorial de áreas protegidas (AP). - Características básicas do perfil dos moradores do Parati - Representantes de órgãos públicos com atuação no local. - Identificação de conflitos socioambientais e fatores influenciadores.	DOS SANTOS, P. e QUADROS, J. Atores sociais e conflitos socioambientais: uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, Litoral do Paraná. Território e Perspectivas. Vol. 1 Sociedade, Ambiente e Gestão. p. 143-173, 2016.
2017	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Povos tradicionais -Litoral do Paraná	Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast	- O extrativismo é associado com a história regional - As comunidades tradicionais tem o direito ao extrativismo sustentável - O extrativismo garante a permanência da população tradicional em seus locais de origem. -Necessário e urgente o diálogo entre a comunidade e as instituições de proteção ambiental.	ANACLETO, A.; FERREIRA, M. R. ; NEGRELLE, R. R. B. ; VALENTE, T. P. Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast. Brazil. Espacios (Caracas), v. 38, p. 4-14, 2017.

2018	-Unidades de conservação no litoral norte do Paraná: -Comunidades tradicionais do mapeamento preliminar paraná	- Conflitos ambientais, que resultam da coexistência de distintas práticas de apropriação social e cultural do mundo. um - Conflitos que ocorrem na região, a fim de estabelecer um cenário que possa subsidiar ações de pesquisa e gestão. Foram constatados e mapeados oito conflitos que ocorrem em cerca de 30 comunidades das 74 da área de estudo.	PIGOSSO, Ariane Maria Basilio; DOS SANTOS MOSCAL, Jandaira; GOLDBACH, Jackson. Conflitos ambientais no litoral norte do Paraná: um mapeamento preliminar. Guaju, v. 4, n. 1, p. 107-125, 2018.
2018	Área Local Productive Arrangement of Non-Wood Forest Products in Paraná Coast, Brazil, Between Ascension and Decline	- Conflitos ambientais resultam em êxodo rural - Comunidades urbanas promovendo extrativismo em áreas de comunidades tradicionais. - Uso sustentável dos recursos naturais por comunidades tradicionais	ANACLETO, A.; BORNANCIN, A. P. A. Local Productive Arrangement of Non-Wood Forest Products in Paraná Coast, Brazil, Between Ascension and Decline. Australian Journal of Basic and Applied Sciences, v. 12, p. 67-71, 2018.
2018	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Povos tradicionais	A expansão urbana no entorno do parque nacional de Saint-Hilaire/Lange - Predomínio das "áreas edificadas" que junto com a "Vegetação de Planície e Fundos de Vale" representaram as duas principais classes de uso da terra mapeadas. - Áreas no entorno do Parque que sofreram alterações. Necessidade de diálogo tanto no processo de elaboração do plano de manejo do parque como o de revisão do plano diretor para reduzir os usos conflitantes e assegurar os objetivos que deram origem à criação do parque.	DE PAUL VIKOU, Sidney Vincent; CANEPARO, Sony Cortese; DE PAULA, Eduardo Vedor. A expansão urbana no entorno do parque nacional de Saint-Hilaire/Lange. Guaju, v. 4, n. 1, p. 94-106, 2018.
2018	-Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais	Formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais no Litoral do Paraná: etnoconservação florestal da Mata Atlântica -Estudo etnobotânico para a compreensão acerca do manejo e conhecimento de espécies nativas. - Grande número de espécies, sendo citadas 58 espécies com usos. - Necessidade de estratégias de desenvolvimento e medidas de conservação na região, levando em consideração as formas de conhecimento tradicional sobre os recursos florestais e a sua influência para a preservação da integridade cultural e social deste ecossistema. - Relevância das populações tradicionais para a perpetuação do conhecimento e a conservação da biodiversidade local.	ARAUJO, Jenifer Priscila et al. Formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais no Litoral do Paraná: etnoconservação florestal da Mata Atlântica. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 3, p. 886-915, 2018.
2023	Área protegida -Unidades de conservação -Comunidades tradicionais -Litoral do Paraná	A percepção das comunidades tradicionais sobre a implantação das unidades de conservação em seu território de vivência - Áreas naturais protegidas são consideradas como uma importante estratégia para a conservação da biodiversidade. - Processo de instituição destas áreas, gerou diversos conflitos socioambientais, por não considerar a existência ou as diferentes formas de viver de comunidades locais ou tradicionais. -Ocorrem distintas percepções da realidade vivida entre as comunidades locais. Essas percepções diferem quanto à visão da proteção ambiental e do interesse econômico relacionado ao turismo.	DENKEWICZ, P.; GONZAGA, C. A. M.; DE GOVEIA, E. F.; GRESPLAN, T. A percepção das comunidades tradicionais sobre a implantação das unidades de conservação em seu território de vivência. Observatório De La Economía Latinoamericana, [S. l.], v. 21, n. 9, p. 12445-12460, 2023.

Após a seleção dos artigos, seguido o proposto por Souza (2018), foi construída a base de dados em arquivo txt para utilização no software Iramuteq, um software gratuito de código fonte aberto que utiliza o ambiente estatístico do software R e efetua a análise dos textos, sendo que, ao início de cada resumo, caracteres especiais da seguinte forma: 1) no início do primeiro resumo, mais precisamente na primeira linha, foram inseridos os caracteres **** *Art_1 e uma linha, imediatamente abaixo (entre a linha com os caracteres e a primeira linha do texto do resumo) sem caracteres; 2) no segundo texto, da mesma forma, eram inseridos os mesmos caracteres com alteração do número 1 para o número 2 (**** *Art_2) e os demais seguindo a mesma ordem.

A base textual montada para utilização no software constitui um corpus textual com 2042 palavras distribuídas em onze artigos (ART), que foi objeto de análise de interpretação (Quadro 5).

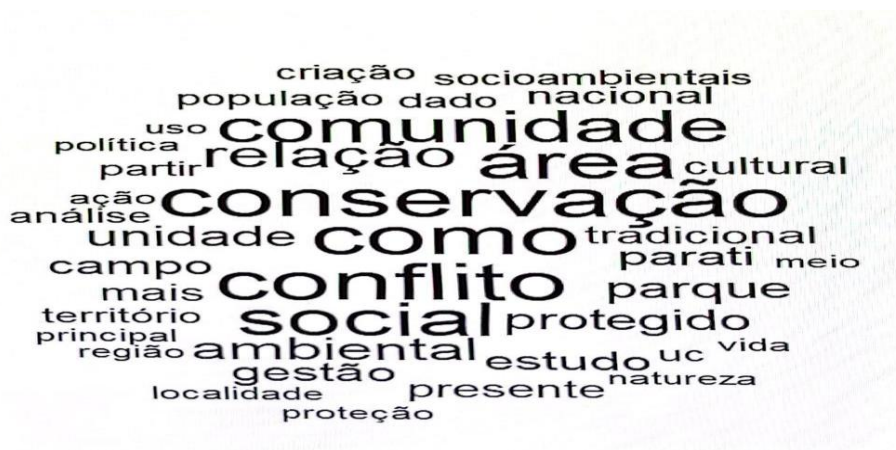
QUADRO 5: Manuscritos selecionados para análise e percentuais de relevância dos textos

Palavras	Art01	133	6,51%
Palavras	Art02	141	6,90%
Palavras	Art03	149	7,30%
Palavras	Art04	245	12,00%
Palavras	Art05	299	14,64%
Palavras	Art06	92	4,51%
Palavras	Art07	381	18,66%
Palavras	Art08	157	7,69%
Palavras	Art09	137	6,71%
Palavras	Art10	138	6,76%
Palavras	Art11	148	7,25%
Total de palavras nos artigos		2020	98,92%
Palavras Desconsideradas.		22	1,08%
Total de palavras no corpus		2042	100,00%

ART = artigos

Posteriormente foi realizada a organização da nuvem de palavras que Moro et al. (2023) descrevem como sendo um recurso bastante interessante que permite visualizar, em um plano de fácil assimilação, qual é o contexto geral no qual o corpus texto está definido, sendo intuitiva a compreensão. A interpretação da nuvem de palavras revela que os tamanhos das palavras na figura indicam o grau de relevância de cada uma para o texto, onde as maiores representam um maior grau de importância considerado o seu indicador de frequência na análise do corpus textual construído para fins dessa pesquisa e expressam a ideia central dos textos selecionados (Figura 1).

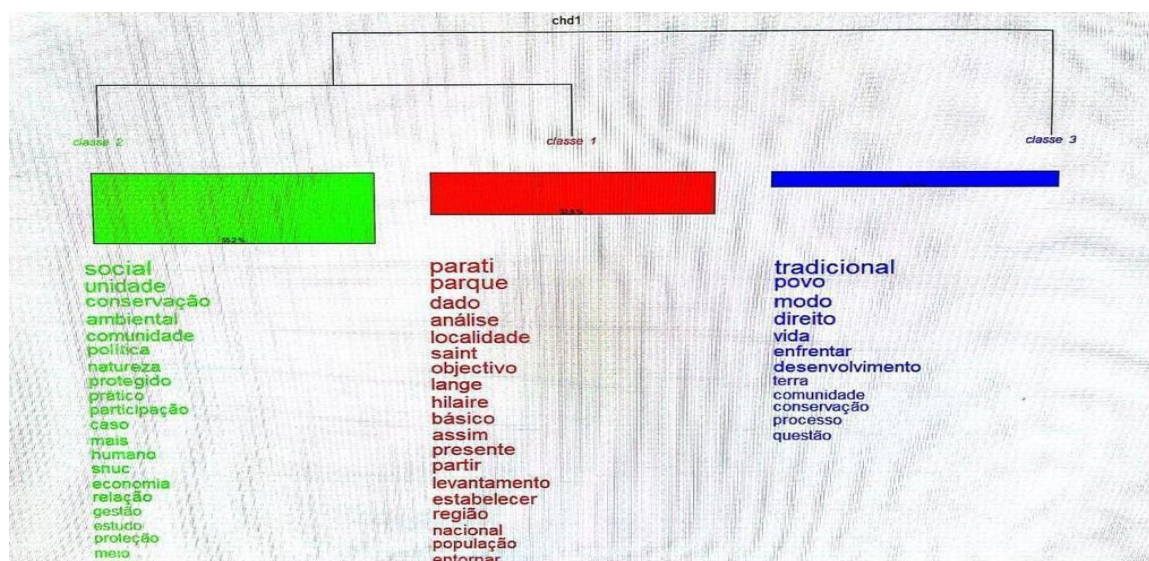
Figura 1: Nuvem de Palavras



A Classificação Hierárquica Descendente é uma forma de análise textual relevante e, segundo Reinert (1990), tem por finalidade a classificação dos segmentos de texto (ST) em classes que apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos ST das outras classes. “Nessa análise, os segmentos de texto são classificados de acordo com seu respectivo vocabulário e o conjunto de termos é particionado de acordo com a frequência das raízes das palavras” (Salviati, 2017, p.46). Ocorre, então, que o sistema apresenta “classes de palavras” que, por seus significados, se associam.

O corpus textual foi submetido a análise pelo Iramuteq para gerar o filograma com a definição dos seguintes parâmetros: a) lematização (sim); b) nas propriedades chave foram eliminados os artigos, pronomes, preposições e conjunção; c) dicionário (indexação); d) classificação simples sobre ST; e) tamanho de RST1 e RST2 (12 e 14 respectivamente); f) número de classificações terminais na fase 1 (3 - considerado o número de ST que integram o corpus textual); g) frequência mínima de ST por classe (3 - considerada a orientação contida no manual no sentido de que por default este número deve ser igual ao número de ST dividido pelo número de classes terminais no caso da classificação simples); h) número máximo de formas analisadas (mantido 3000); e i) método svd (irlba) (Figura 2).

Figura 2. Filograma do corpus textual analisado.



Os dados expressos na aba *perfis* do filograma revelam que a classe 1 contém 19 dos 58 ST que integram o corpus textual representando 32,76% do total. Entre as palavras com maior força de ligação estão PARATI, PARQUE, ANÁLISE e LOCALIDADE. Nessa classe, o fator x^2 , ou qui-quadrado, relativo às palavras de maior força de ligação, oscila entre 16.34 para Parati E 11.23 Localidade.

A classe 2, por sua vez, contém 32 dos 58 ST que integram o corpus textual representando 55,17% do total. Entre as palavras com maior força de ligação estão *Social, Unidade, Conservação e Ambiental*. Nessa classe, o fator x^2 , ou qui-quadrado, relativo às palavras de maior força de ligação, oscila entre 10.6 para *Social* e 5.93 para AMBIENTAL.

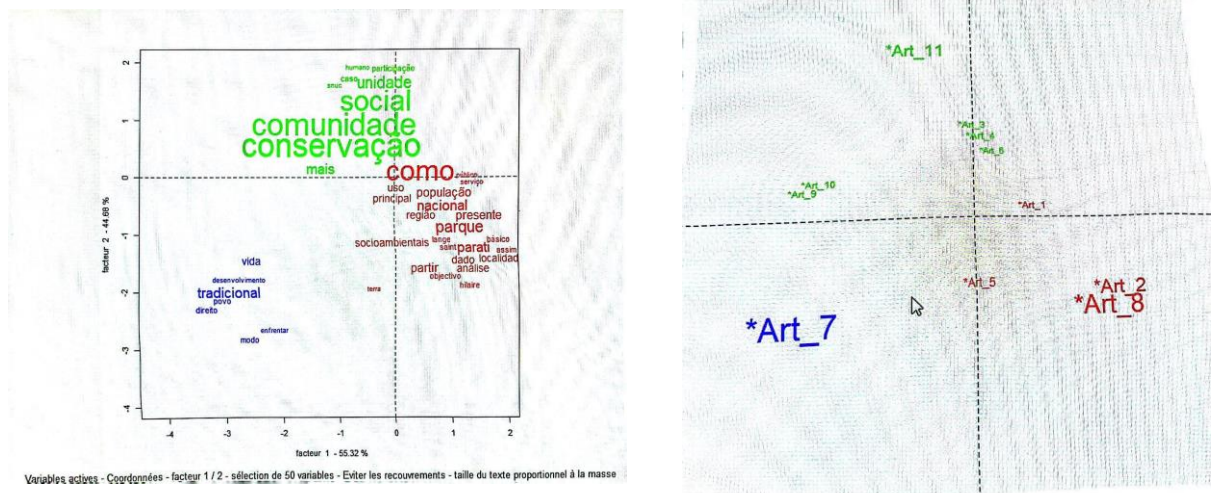
A classe 3, por fim, contém 7 dos 58 ST que integram o corpus textual representando 12,07% do total. Entre as palavras com maior força de ligação, estão *Tradicional, Povo, Modo e Direito*. Nessa classe, o fator x^2 , ou qui-quadrado, relativo às palavras de maior força de ligação, oscila entre 26.43 para *Tradicional* e 16.43 para *Povo, Modo e Direito*.

A análise fatorial das correspondências foi realizada sobre a tabela de contingência, cruzando formas/lemas e classes, sendo o resultado obtido da aba (AFC) em um plano cartesiano. As diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD podem ser verificadas considerando as formas (variáveis ativas

e suplementares) e os artigos (variáveis ilustrativas). Por meio dessa classificação, é possível identificar as ideias que o *corpus* pretende transmitir.

Os resultados gerados relativos à força de ligação das palavras com maior significância em cada classe são aqueles já apresentados no tópico em que foi tratado da CHD (Figura 3).

Figura 3. Análise fatorial das correspondências - *corpus* textual analisado.



Observa-se que os dados revelam que a classe 1 tem suas palavras de maior significância relacionadas com os artigos 1, 2, 5 e 8, com maior ênfase para os artigos 2 e 8. Da análise da forma com maior força de ligação, nesta classe, e para melhor visualização da ideia trazida pelos artigos com maior expressão na referida classe faz-se a transcrição de um dos ST gerados pelo software:

**** *Art 8**

neste sentido o presente trabalho objetivou identificar e apresentar as principais alterações de uso da terra e da cobertura vegetal do município de matinhos entre 2005 e 2016 e apontar os efeitos dessas sobre os limites do **Parque** Nacional de Saint Hilaire Lange.

A classe 2 tem suas palavras de maior significância relacionadas com os artigos 3, 4, 6, 9, 10 e 11, com maior ênfase para os artigos 10 e 11. Da análise da forma com maior força de ligação nesta classe, e para melhor visualização da ideia trazida pelos artigos com maior expressão na referida classe, faz-se a transcrição de um dos ST gerados pelo software:

**** *Art 11**

também mostramos falas positivas sobre as áreas protegidas referentes à questão social econômica e ambiental mecanismos mais abrangentes de avaliação da relação homem natureza permitem entendermos os principais gargalos e potencialidades de uma **conservação** com efetiva participação das comunidades tradicionais.

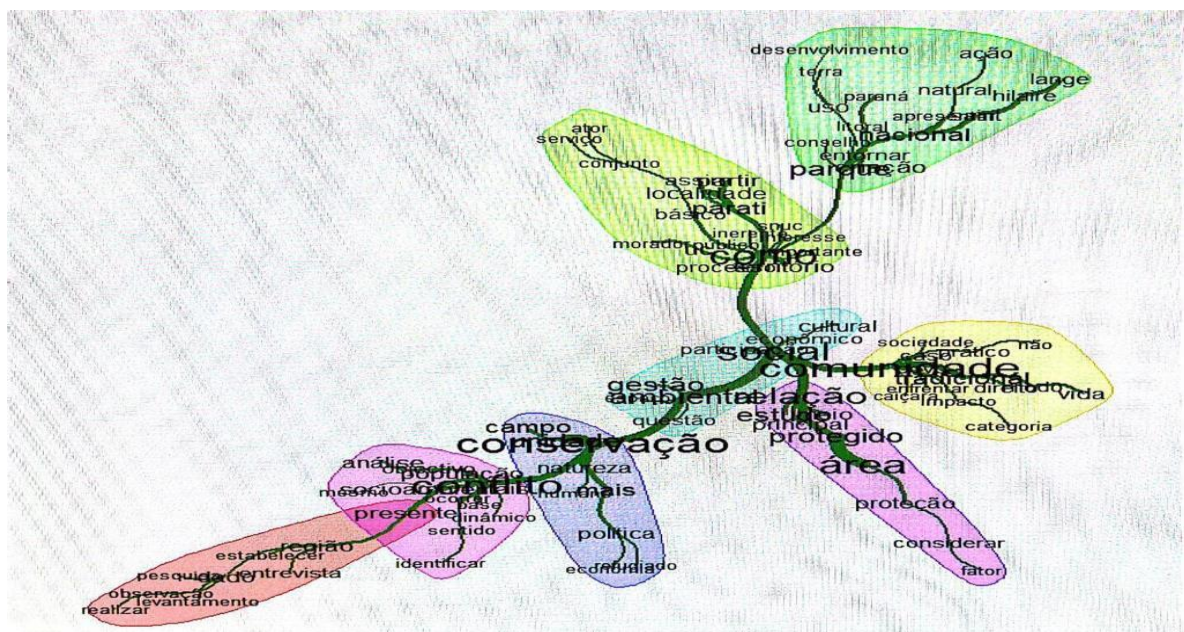
A classe 3 tem suas palavras de maior significância relacionadas com maior ênfase ao artigo 7. Da análise da forma com maior força de ligação, nesta classe, e para melhor visualização da ideia trazida pelos artigos com maior expressão, na referida classe, faz-se a transcrição de um dos ST gerados pelo software:

**** *Art 7**

paradoxalmente também em nome da conservação embora tais processos sejam distintos e até mesmo opostos as consequências são as mesmas violação de direitos étnicos inviabilização do exercício do modo de vida **tradicional** e da organização comunitária.

A análise léxica disponibilizada de similitude promove a ligação entre palavras de um mesmo *corpus* textual, sendo demonstrada por um grafo em forma de árvore. Por meio desta análise, é possível perceber a estrutura de construção do texto e os temas importantes, considerando sempre a co-ocorrência das palavras. No presente trabalho, a análise de similitude sobre o corpus textual, adotando como parâmetros o escore, ou índice tipo co-ocorrência, a apresentação no modo Fruchterman e Reingold (1991), marcando-se as caixas Comunidades e Halo (Figura 4).

Figura 4. Análise léxica de similitude



A figura retratou de forma perceptiva o grau de importância das palavras ligadas pelo vértice. Nesse aspecto destacam-se as palavras Conservação, Comunidade, Conflito, Social e Parque. Do mesmo modo, é fácil perceber a relação entre as palavras mais próximas. Sobre isso, é importante, e auxilia muito a percepção da relação entre as palavras, a apresentação com demonstrativo das comunidades nos halos de cores distintas. Fica fácil, por exemplo, perceber que a relação entre as palavras que integram a comunidade do halo verde (Parque, Nacional, Natural, Conselho e Saint, Hilaire) transmitem uma mensagem diferente das que integram a comunidade do halo amarelo (Comunidade, Tradicional, Caiçara, Impacto). É possível não só perceber a diferença entre as mensagens de cada comunidade como ter uma noção mais precisa sobre qual é a mensagem de cada uma delas.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o filograma da figura 2, é possível observar que a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) definiu 3 classes com representatividade suficiente para se realizar uma análise consistente. Essas 3 classes de palavras têm origem na relação lexical realizada pelo sistema entre os segmentos de textos que integram o corpus textual. A quantidade amostral não é equilibrada entre as classes, apresentando diferença significativa. Conforme já mencionado, dos 58 segmentos de texto que compõem o corpo textual, a classe 1 contém 19 (32,76%), a classe 2 contém 32 (55,17%) e a classe 3 contém 7 (12,07%) do total. Nesse contexto, é possível perceber que há predomínio evidente da classe 2 sobre a classe 1 e de ambas sobre a classe 3.

As classes 2 e 1 foram agrupadas e notou-se que suas palavras estão relacionadas a conceitos da natureza, à parques/unidades de conservação e proteção, como evidenciado pelas palavras em destaque no topo das suas listas (figuras 02 e 03). Por consequência, fica evidenciado que esta temática prevalece em relação à temática relacionada ao direito dos povos tradicionais que é representada pela classe 3.

Em contraponto, é possível observar que as palavras que integram a lista da classe 3, possuem uma força de ligação (χ^2) superior às que integram as classes 2 e 1. Como bem demonstrou a Classificação Hierárquica Descendente, enquanto as palavras *Social* e *Parque* que se encontram no topo das listas das classes 2 e 1

respectivamente, possuem força de ligação (χ^2) igual a 10,6 e 12,62 respectivamente, a palavra *Tradicional*, que está no topo da lista da classe 3, possui força de ligação (χ^2) igual a 26,43.

Nesse cenário, parece que a temática abordada na classe 3, relacionada aos *Direitos dos Povos Tradicionais*, em que pese ter maior força de ligação (χ^2), não aparece nas pesquisas selecionadas, com a mesma intensidade que a temática relacionada Conservação do Ambiente pelas Unidades de Conservação. Tal fato indica a necessidade de realização de mais pesquisas sobre a referida temática, de modo a oferecer mais elementos para a solução ou mitigação dos conflitos sociais, envolvendo as comunidades tradicionais e relacionados à implantação de unidades de conservação.

Também, nesse sentido, destaca-se que, na nuvem de palavras, decorrente de análise textual realizada pelo sistema Iramuteq, estão entre as palavras mais centralizadas, além da palavra *Conservação*, as palavras *Comunidade*, *Conflito* e *Social*.

Na Análise de Similitude, representada pela Figura 5, observa-se como as palavras se conectam com o conteúdo dos textos através dos vértices em uma árvore de ocorrências e se agrupam em comunidades destacadas pelos halos coloridos. Da observação da figura, é possível perceber que possuem destaque, naquele contexto, as palavras *Social*, *Comunidade* e *Conflito* e que cada uma delas é preponderante em um determinado halo. Neste caso, os halos verde-claros (*Social*), amarelo claro (*Comunidade*) e rosa (*Conflito*).

Foram apresentados, além das estatísticas iniciais sobre os segmentos de textos definidos pelo programa, testes baseados na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), utilizando o método de Reinert. Neles, foram identificadas 3 classes de palavras associadas, desde as características relacionadas às “unidades de conservação e sua função protetiva do ambiente natural”, até os “impactos que as mesmas podem causar às comunidades tradicionais que vivem dentro ou no entorno das referidas áreas”. Dessas classes, a Análise Fatorial Confirmatória – AFC apresentou de forma visualmente clara a relação existente entre as classes e os conceitos expressos no *corpus* textual. A disposição dos conceitos nos quadrantes também auxilia na identificação das ideias dos trabalhos selecionados e que foram utilizados para formação do *corpus* textual.

Da mesma forma, a análise de similitude e a nuvem de palavras demonstram as relações entre as palavras, por meio de um organograma tipo árvore e de um agrupamento de palavras com organização das mesmas por grau de relevância. Novamente destacaram-se palavras que estavam no topo das classes identificadas na CHD e na AFC.

É possível, com base nas análises realizadas pelo sistema sobre o *corpus* textual, que a temática abordada na classe 3, relacionada aos direitos dos povos tradicionais e os conflitos sociais, não têm sido a ideia central da maior parte dos trabalhos de pesquisa. Em contraponto, as palavras que expressam essa temática, especialmente os conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais em áreas protegidas, aparecem nas análises como as que detêm as maiores forças de ligação. Ou seja, embora em número menor, essa temática aparece de forma bem definida e marcante no *corpus* textual. Tal fato parece indicar que, embora não existam muitas pesquisas sobre o tema, ele é reconhecido com um fato no universo da conservação ambiental e, de modo especial, no litoral paranaense. Em razão disso, é necessária a realização de mais pesquisas sobre a referida temática, de modo a oferecer mais elementos para a solução ou mitigação dos conflitos sociais relacionados à implantação de unidades de conservação, envolvendo as comunidades tradicionais.

Finalmente, é possível considerar que, nas pesquisas avaliadas, o problema relacionado às comunidades tradicionais em relação a criação de áreas de preservação no Brasil está distante da solução e da manutenção dos direitos de sobrevivência dessas pessoas em seus locais de origem. Ademais, foi possível observar que os moradores não são ouvidos de forma adequada pelo poder público, pela comunidade científica e tão pouco pela sociedade em geral. Esse fato, similarmente ao relatado por Anacleto e Bueno (2021), constitui um problema complexo, com múltiplas dimensões sobre esse sistema que prevê a manutenção dos estoques naturais de florestas, mas despreza de forma velada a manutenção das populações e suas vidas nessas localidades.

O litoral do Paraná, segundo Bornancin et al. (2020), possui mais de uma dezena de parques ambientais e, dentro destas áreas, vivem centenas de famílias, que praticam diversas atividades de subsistência, como o cultivo de pequenas lavouras, produção de artesanatos oriundos da extração de recursos destas florestas. Estes parques, historicamente, mantêm a estrutura e funcionalidade da floresta intacta,

fornecendo significativa fonte de renda e alimentos às famílias envolvidas com a atividade, gera fonte alimentar.

As pessoas residentes nessas comunidades, segundo Valente e Negrelle (2013), se sentem ligadas à natureza e a seus antepassados nos aspectos simbólicos como crenças, mitos e pela terra dos seus ancestrais, e exercitam o saber tradicional do qual sobrevivem das atividades realizadas com produtos de origem do meio ambiente onde estão inseridos. Nesse tipo de comunidade, as atividades com o cipó são realizadas constantemente em conjunto por homens, mulheres, crianças e adolescentes, nos seus próprios quintais ou em áreas ao redor de suas casas, sendo então o conhecimento sobre esse recurso passado de geração a geração por meio da oralidade. Essas pessoas ainda, segundo Valente, vivenciam diariamente a trama da própria vida, onde a cultura e a natureza estão relacionadas, pois o meio ambiente é parte da identidade dos seres humanos no mundo e, neste caso específico, pode ser considerado o mundo dessas pessoas conforme também relatado por Sauv  (2005).

Os obstáculos decorrentes da cria o de áreas protegidas, conforme relatado nos manuscritos analisados, agravam as dificuldades enfrentadas pelos residentes dessas comunidades. De acordo com Mauss (1974) e Engels (1990), essa situa o pode desencadear crises de identidade, uma vez que as pessoas geralmente evoluem e transformam sua realidade com base no ambiente em que estão inseridas. Quando as restri es impostas pelas áreas protegidas privam as pessoas do exercício de suas atividades tradicionais, isso pode ter um impacto significativamente negativo em sua autoestima e vulnerabilidade.

A ausência de regulamenta o e valoriza o do trabalho desempenhado pelas comunidades locais pode gerar sentimentos de fragilidade. Essa fragilidade, por sua vez, afeta a autoestima das pessoas e pode impedir o desenvolvimento de uma organiza o coletiva eficaz. Isso cria um ciclo perverso em que a falta de apoio externo torna mais difícil para essas comunidades resolverem seus próprios problemas.

Portanto,   evidente que as restri es impostas pelas áreas protegidas não apenas afetam as atividades econômicas das comunidades, mas também têm implica es profundas em sua identidade, autoestima e capacidade de autossuficiência.

Bornancin et al (2020) corrobora o descrito por Valente e Negrelle (2013) de que a cultura e valores simbólicos destas comunidades ainda são perpetuados nessas

nelas. Os autores complementa, que as dificuldades da atividade, colocam em risco a manutenção do patrimônio cultural de séculos. Entre os problemas apontados para essa situação de exploração e perversidade com essas comunidades, os autores relatam os frágeis vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si como os principais limitadores disso. Arelado às estas problemáticas existe a falta de organização coletiva, a sistemática impositiva adotada pelos atores externos e a idade elevada dos moradores que ainda permanecessem nessas comunidades.

Assim, finalizam os autores que a análise das relações sociais e a realidade vivenciada apontam que as principais injustiças sofridas no meio social, por meio do sufocamento das comunidades tradicionais está também associada ao descaso das políticas públicas. A negligência dos poderes públicos com o desamparo que essas comunidades sofrem por remotas possibilidades de articulação que possuem sobre as terras que vivem, já que precisam de autorização da lei para realizar as atividades de subsistências, e sequer sabem como proceder para tal. Bueno e Anacleto (2021) descrevem que as buscas pelas soluções dos problemas com realidades paradoxais, como é o caso, são desafiadoras, porque muitos dos desafios encontrados são oriundos do próprio processo de legislação criados, dado que o mesmo não promoveu adequadamente os diálogos necessários dos conhecimentos científicos, sociais e políticos, no sentido de atender as demandas nos mais variados níveis de complexidade emergidos do sistema de proteção do meio ambiente em si.

A mitigação da situação atual das comunidades tradicionais no Brasil, no que tange aos conflitos ambientais, deve seguir sem soluções adequadas nas próximas décadas, porque, segundo os estudos, ocorre a omissão da classe políticas na geração de políticas públicas que contemplem essas necessidades, da sociedade na busca pela compreensão de que a preservação da natureza deve considerar as pessoas no ambiente inseridas e também pela ciência no que se refere à geração do conhecimento e pesquisa para proposição de diálogos que possam, de forma coletiva, buscar a solução dos problemas.

Nesse sentido, segundo Morin e Lisboa (2007) é essencial quebrar o paradigma e refutar o dogma da ciência tradicional, onde o saber específico se sobrepõe ao todo. Assim, assumindo que a situação é complexa porque deriva da cultura, da vocação, das tradições e dos sistemas impostos, e da mesma forma que

o saber é complexo, as respostas a essas demandas ambientais, somente poderão tem propostas mais assertivas a partir do pensamento complexo e interdisciplinar.

Finalmente, ainda segundo Anacleto e Bueno (2021), a integração entre diferentes saberes na busca pelo pensar na mesma direção é capaz de dar respostas às pesquisas que, de forma isolada, os pesquisadores demorariam mais tempo a se atingir os mesmos resultados. Os múltiplos olhares para a mesma situação convergem em uma ciência mais humanizada e útil, à sociedade, ao meio ambiente e às pessoas que estão inseridas nessas comunidades tradicionais.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que a maioria das publicações científicas aborda predominantemente a temática da preservação do meio ambiente, embora, lamentavelmente, poucas delas tenham apontado soluções efetivas para garantir a sobrevivência das comunidades tradicionais em seus territórios de origem. Esse cenário destaca a necessidade premente de abordagens mais abrangentes e soluções práticas para a coexistência sustentável entre conservação ambiental e comunidades tradicionais.

O objetivo dessa revisão sistemática foi verificar como os estudos relativos as comunidades tradicionais no litoral do Paraná e as interrelações com a de preservação ambiental, bem como os conflitos oriundos desses processos, e finalmente compreender como têm sido gerados e analisados no campo científico os estudos sobre o tema. As descobertas confirmam que esta é uma área crítica que carece de atenção e pesquisa aprofundada.

Uma das constatações mais significativas do estudo é a escassez de pesquisas dedicadas ao exame dos conflitos sociais que envolvem unidades de conservação e comunidades tradicionais, especialmente na região litoral do sul do Paraná. Essa lacuna de pesquisa representa um desafio crítico que merece atenção imediata. Mais pesquisas são necessárias para compreender a complexidade desses conflitos, identificar suas causas raízes e desenvolver estratégias eficazes de resolução que levem em consideração tanto a preservação do meio ambiente quanto os direitos e as necessidades das comunidades locais.

É evidente que as comunidades tradicionais enfrentam um abandono por parte do poder público, da sociedade em geral e das esferas acadêmicas e científicas. Esse

desamparo perpetua um ciclo de dificuldades que, por sua vez, contribui para o êxodo dessas comunidades e a erosão do conhecimento tradicional que detêm. A ausência de políticas públicas e a falta de reconhecimento da importância dessas comunidades ameaçam não apenas seu modo de vida, mas também a preservação das tradições culturais e do conhecimento ancestral que são inestimáveis para a humanidade.

Nesse contexto, é essencial que a sociedade, as autoridades governamentais e a comunidade científica promovam a conscientização sobre a situação crítica das comunidades tradicionais e sua contribuição para a preservação da diversidade cultural e ambiental. Além disso, é imperativo que sejam adotadas medidas concretas para apoiar essas comunidades em seus esforços para coexistir harmoniosamente com o ambiente que habitam.

A pesquisa destaca ainda a complexidade e a urgência dos desafios que as comunidades tradicionais enfrentam, bem como enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar sobre esses problemas. A colaboração entre diferentes disciplinas, incluindo a ecologia, a antropologia, a sociologia e outras áreas, é essencial para compreender e enfrentar efetivamente os conflitos ambientais e sociais envolvendo as comunidades tradicionais.

Finalmente, o estudo ressalta que a situação atual das comunidades tradicionais no Brasil, especialmente em relação aos conflitos ambientais, permanece sem soluções adequadas. Isso é resultado da omissão das políticas públicas, da falta de compreensão da sociedade em relação à importância da coexistência entre preservação ambiental e comunidades locais, e da insuficiência de pesquisas e ações coordenadas. Nesse contexto, vislumbra-se que a mitigação desses desafios requer um compromisso renovado de todas as partes interessadas em trabalhar juntas para encontrar soluções mais justas e sustentáveis. Ou seja, somente por meio de esforços colaborativos e uma mudança de paradigma que poderemos alcançar resultados efetivos na proteção do meio ambiente e na promoção e garantia dos direitos e bem-estar das comunidades tradicionais.

2.5 REFERÊNCIAS

ANACLETO, A.; BUENO, A. L. B. M. . A humanização da prisão e as percepções de justiça sob os olhares dos aprisionados: um estado da arte. **Diálogos Possíveis** (FSBA), v. 20, p. 1-10, 2021.

ANACLETO, A.; GODOY, V. S. ; FRANÇA, FabianeFreire. ; COLAVITTE, Ana Paula. Meninas adolescentes a auto percepção sobre a vulnerabilidade e riscos: uma revisão sistemática. **Sociedade em Debate**, v. 27, p. 182-196, 2021.

ARAUJO, J. P.; SILVA, L. E.; AMARAL. Formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais no Litoral do Paraná: etnoconservação florestal da Mata Atlântica. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 886-915, 2018.

BORNANCIN, A. P. A. ANACLETO, A.; SCHEUER, L. **Symbolic Values of the Productive Arrangement of Cipó-Preto (Philodendron Corcovadense Kunth) in Brazil**. In: Jared A. Jaworski. (Org.). *Advances in Sociology Research*. 1ed.Nova York: Nova Science, 2020, v. 33, p. 72-79.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

COSTA, Anita Valente da; MANFROI, Miraíra Noal; CHIARAVALLLOTI, Rafael. O Impacto das Áreas Protegidas Bem-estar das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

CRESWELL, John W. e CRESWELL, J. David. **Projetos de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5ª ed. - Porto Alegre : Penso, 2021.

DENKEWICZ, P.; GONZAGA, C. A. M.; DE GOVEIA, E. F.; GRESPAN, T. A percepção das comunidades tradicionais sobre a implantação das unidades de conservação em seu território de vivência. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 9, p. 12445–12460, 2023.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1990.

FRUCHTERMAN, Thomas MJ; REINGOLD, Edward M. Graph drawing by force-directed placement. Software: **Practice and experience**, v. 21, n. 11, p. 1129-1164, 1991.

HAYAMA, Andrew Toshio. **Comunidades Caiçaras da Ilha do Cardoso, Conflitos Socioambientais e Refugiados da Conservação**. Refugiados Ambientais, p. 608, 2018.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**, Cap. 2, 2. ed. EPU Editora, 1974.

MELLINGER, Larissa ; FLORIANI, Dimas. Democratic participation in the management of common natural resources and the native populations in the Southern Coast of Paraná. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 1–22, 2015.

MORIN, E; LISBOA, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORO, Suelena Cristina; RONALDO, José; VALDECIR, Sandro. Comunidades indígenas no litoral do Paraná e os conflitos socioambientais: uma revisão sistemática. **Diálogos Possíveis**, v. 22, n. 1, 2023.

PEREIRA, M. M. B. Sobre a revisão sistemática e a meta-análise na área da fluência. **Revista CEFAC**, v. 12, n. 1, p. 10-11, 2010.

PIGOSSO, Ariane Maria Basilio; DOS SANTOS MOSCAL, Jandaira; GOLDBACH, Jackson. **Conflitos ambientais no litoral norte do Paraná: um mapeamento preliminar**. Guaju, v. 4, n. 1, p. 107-125, 2018.

QUADROS, J.; GIRALDI-COSTA, A. C.; DE SOUZA SEZERINO, F.; DOS SANTOS, P. A. Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. **Sustainability in Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.

REINERT, M. (1990). ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. **Bulletin de méthodologie sociologique**, (28) 24-54.

SALVIATI, Maria Elisabeth. Manual do Aplicativo Iramuteq. Planaltina: 2017.

SANTOS, P. e QUADROS, J. Atores sociais e conflitos sócioambientais: uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, Litoral do Paraná. Litoral do Paraná, Território e Perspectivas. Vol. 1 **Sociedade, Ambiente e Gestão**. p. 143-173, 2016.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. 2005.

SINAY, Laura e cols. Povos Tradicionais, Áreas Protegidas e turismo: Um Estudo de Caso Brasileiro de 15 Anos de Mudança Cultural. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

SILVA, Ana Tereza Reis da. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.

VALENTE, THIAGO PIAZZETTA; NEGRELLE, RAQUEL R.B. . Sustainability of non-timber forest products harvesting - cipó-preto roots (Kunth) in south Brazil. **Forests, Trees and Livelihoods**, v. 22, p. 170-176, 2013.

WICKENS, G.E . Managements issues for development of non-timber forest products. **Unasylva**, v. 42, n. 162, p.3-8, 1991.

3. COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE DIREITOS E DEVERES À INJUSTIÇA SOCIAL

RESUMO

O processo de colonização do litoral do Paraná foi caracterizado pela mistura racial de europeus, negros com as tribos indígenas, surgindo às comunidades caiçaras, que praticam a agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo vegetal. Ocorreu que significativa parte dessa região litorânea foi transformada em áreas de preservação ambiental o que afetou a forma de viver nessas comunidades. Diante do exposto, objetivando promover um diagnóstico sobre a percepção neste novo cenário, realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva junto a 5 famílias consideradas líderes em suas comunidades e residentes no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. O estudo revelou que os moradores não foram consultados para a criação do parque, foram relatadas dificuldades no extrativismo e a coibição enérgica pelas instituições de fiscalização ambiental quando do abate de pequenos animais silvestres para consumo familiar. Conclui-se que, apesar de os moradores possuírem os direitos assegurados por constituição quanto ao uso dos recursos naturais, as comunidades tradicionais na região não tiveram seus processos de reconhecimento iniciados. Assim, o estado que deveria ser democrático, não cumpre a sua função e impõe as comunidades socialmente vulneráveis maiores dificuldades de sobrevivência, acelera o definhamento dessas comunidades com relevância histórica e cultural no litoral Brasileiro.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais; Vulnerabilidade social; desenvolvimento sustentável, ecologia.

3.1 INTRODUÇÃO

A vegetação principal que recobre o Litoral do Paraná é a Floresta Atlântica, que apresenta diversos ecossistemas florestais (Negrelle; Lima, 2002). Nesta região, existem mais de uma dezena de parques ambientais e dentro destas áreas vivem centenas de famílias rurais, que praticam diversas atividades de subsistência, como o cultivo de pequenas lavouras, produção de artesanatos oriundos da extração de recursos destas florestas. O litoral paranaense é região de grande riqueza natural e cultural, onde se registra significativo número de famílias que trabalham com a extração e beneficiamento de diversos recursos da floresta como uma de suas principais. A prática da extração desses recursos florestais, outrora associada ao uso doméstico, foi intensificada nessa região há várias décadas, estimulada pelo crescente fluxo de turistas que buscavam variedades de flores e produtos exóticos para levar no retorno das férias como lembranças (souvenirs). Essa nova relação do

extrativismo com fins de comercialização culminou na dependência da população local dessa alternativa de renda, especialmente na região atualmente reconhecida por Áreas de Proteção (FERREIRA et al., 2017; ANACLETO; NEGRELLE, 2019).

Entende-se por unidades de conservação áreas de preservação sob a tutela do Estado, com vias à preservação de áreas florestais, tendo essas áreas, legislação disciplinar própria, com o objetivo principal a proteção dos ecossistemas locais e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Assim, é imprescindível a regulamentação de acordo com o decreto de lei Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que regulamenta entre outros fatores, a extração e transporte de subprodutos da Mata Atlântica. No entanto, nem sempre isso ocorre. Como observado no caso de Guaratuba, o caráter disciplinar legal e a falta de esclarecimento da população, associados à falta de dados sobre a sustentabilidade social e ecológica dos recursos florestais frequentemente tornam-se os impeditivos do uso legalizado destes recursos (FERREIRA et al., 2017; ANACLETO; NEGRELLE, 2019).

Entre as muitas áreas de proteção ambiental no litoral do Paraná, foi criado o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.

Figura 05. Localização do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange - Brasil



Segundo ICMBio (2022), o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange ('Sænt Hi'lare) está localizado no litoral do estado do Paraná e abrange os municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá. Ocupa um trecho da Serra do Mar, conhecido como Serra da Prata e possui área de 25 119,14 hectares. O parque foi criado em 23 de maio de 2001, pela Lei Federal 10.227, tendo sido o primeiro Parque Nacional brasileiro criado por iniciativa do Congresso Nacional. Seu nome é uma homenagem ao naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e ao biólogo e ambientalista paranaense Roberto Ribas Lange. O objetivo do Parque é proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas. É administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A vegetação é representada pela Mata Atlântica, em suas diferentes fisionomias: Floresta Ombrófila Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Altomontana, além dos Refúgios Vegetacionais (Campos de Altitude) e da vegetação secundária encontrada principalmente em regiões de baixa altitude onde as alterações promovidas pelas atividades humanas foram mais frequentes. São encontradas diversas espécies ameaçadas de extinção em âmbito nacional e estadual.

Os produtos florestais, segundo Ferreira *et al* (2017), são utilizados por milhões de famílias ao redor do mundo que deles dependem para sua sobrevivência e como fonte importante de renda. São definidos como produtos, bens de subsistência para o consumo humano e compreendem todos os outros materiais biológicos, que não a madeira, extraídos da floresta para uso humano sendo considerados uma boa alternativa para promover a conservação e mitigação da pobreza em comunidades residentes em áreas próximas às áreas de preservação. Isso inclui alimentos, medicamentos, óleos, resinas, cipós, plantas ornamentais, caça, látex e os serviços relacionados nas terras para fim de conservação e recreação. No Brasil, o histórico de uso desses produtos está normalmente associado aos ecossistemas naturais remanescentes do país e que se encontram em áreas habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, faxinais e extrativistas).

O processo de colonização do litoral do Paraná similar ao restante do Brasil, foi caracterizado pela mistura racial de europeus, negros com as tribos indígenas,

surgindo às comunidades caiçaras, que praticam a agricultura de subsistência, pesca artesanal em especial o extrativismo vegetal. Ocorreu que significativa parte dessa região litorânea foi transformada em áreas de preservação ambiental o que afetou a forma de viver nessas comunidades.

A população caiçara no litoral paranaense, segundo Anacleto *et al.* (2007), é estimada em 35 comunidades rurais com aproximadamente 4000 pessoas e 600 famílias e sofre, através dos tempos, uma avassaladora influência de fatores externos, os quais vem reduzindo as suas populações originais e definhando a qualidade de vida dos habitantes destes locais, sendo a alternativa mais evidente o uso dos produtos da floresta como alternativa de sobrevivência. A visão do uso desses recursos naturais deve estar inserida no contexto sócio científico, debatendo a da necessidade do entendimento das relações entre a natureza e o ser humano inserido nessas áreas, uma vez que existe o constante paradoxo entre a necessidade eminente das famílias rurais de proverem as suas proles a alimentação e o contrataste de impossibilidade de uso da única fonte financeira disponível em escala suficiente. Essa situação gera um grave problema social, já que a população sofre a imposição da miséria sem a possibilidade de outras fontes de recursos e atuam atualmente sob o estigma da marginalidade, uma vez que para a sobrevivência continuam a extração, porém com a venda ilegal há comerciantes que se deslocam até as comunidades e fazem as aquisições a preços irrisórios.

Segundo Tozoni-Reis (2004), a relação entre o homem e meio ambiente natural ultrapassa a barreira da dependência da natureza, ou ainda que a ciência possa estabelecer uma relação sustentável entre os recursos naturais e o homem. Na verdade, essa relação deve ser construída a partir das relações sociais entre o meio ambiente, a comunidade e os vários intervenientes como os conhecimentos tradicionais, a economia, as alternativas de sustentação, educação, padrão de cultura e a distribuição de renda que tem papel preponderante no processo de degradação. Essa discussão, portanto, deve ocorrer de forma ampla, alertando a sociedade sobre as dificuldades destas comunidades tradicionais, oferecendo aos próprios moradores a possibilidade de transformar sua própria realidade.

O formato atual de uso dos recursos naturais não pode ser perpetuado, sendo necessário rediscutir a relação entre a sociedade e o uso que esta faz da natureza, uma vez que fatores como a distribuição ou necessidade de renda, emergem na

contextualização desta relação. Leff (2000) reafirma este postulado, atestando que existe a necessidade de novos diálogos, e que esses devem envolver de forma osmótica os conhecimentos antigos e também os conhecimentos modernos advindos da ciência. Esse diálogo resultaria em um novo processo de formação de pensamento, em que se valorizem os saberes populares produzidos ao longo dos tempos pelas mais variadas culturas. O resultante desse processo seria condensado, entendido como um processo em construção que contraria os paradigmas da atualidade, por meio das práticas adotadas no uso dos recursos florestais e também pelo saber acadêmico.

O conhecimento e informações detalhadas sobre a realidade extrativista dessas comunidades, segundo Ferreira *et al.* (2017) e Anacleto e Negrelle (2019), é uma importante ferramenta para lograr atender as demandas existentes, e os anseios dos moradores, evitando o êxodo para outras regiões. No entanto, geralmente, essas realidades não são consideradas e, as origens sociais, a forma de organização, os sistemas culturais e as relações com os recursos florestais tão distintos entre as comunidades não são destacados pelos técnicos e defensores do manejo florestal. Nesse sentido, a diversidade dos sistemas, assim como a diversidade das florestas, necessita de abordagens adaptadas a cada situação particular.

Nesta perspectiva, ainda conforme proposto por Ferreira *et al.* (2017) e Anacleto e Negrelle (2019), este estudo objetiva apresentar um panorama sobre a atual situação das comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental e a relação com o estado democrático de direito, analisando os direitos e deveres relacionado a proeminente injustiça social

3.2 METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa exploratória descritiva e o levantamento de dados, ocorrido de junho a agosto de 2022, incluindo visitas às comunidades inseridas dentro do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Inicialmente foi entrevistado um produtor que também sobrevive da exploração da floresta Atlântica e, que segundo a Emater-Paraná do município de Guaratuba, além de residir no local há mais de 15 anos era tido como "líder na comunidade".

De acordo com o proposto por Anacleto e Negrelle (2013), à medida que se conseguiu identificar alguns elementos da população objeto do estudo, foi solicitado a essas que indicassem outras famílias e assim sucessivamente, num processo denominado amostragem autogerada.

Ao total, foram identificadas 17 famílias que já haviam tido relação de uso dos produtos de florestas. Deste total, representantes de 4 famílias se dispuseram a participar da pesquisa às outras famílias que já haviam se deslocado da comunidade para residir em outras localidades.

Adicionalmente, para diagnosticar os fatores mais relevantes, foi organizado um diagnóstico rural participativo (DRP), sendo que as fases desta atividade foram orientadas, sem que os pesquisadores interferissem nas opiniões das pessoas conforme o proposto por Verdejo (2006) e Ferreira *et al.* (2017).

A análise dos fatores foi realizada conforme o proposto por Negrelle e Anacleto (2012), evidenciando as ameaças da sobrevivência no parque e as relações com o momento vivido atualmente em relação ao uso dos recursos florestais e da proteção do meio ambiente.

As opiniões expressadas pelos entrevistados foram avaliadas quanto à respectiva influência exercida e a influência sofrida em comparação às demais opiniões, sendo então organizada uma matriz de impacto cruzado, cujo resultado gerou o índice de relevância obtido pela equação.

A matriz de impacto, de acordo com Negrelle e Anacleto (2012), atribui valores percentuais de 0 a 100 a cada opinião expressada pelos entrevistados primeiramente de forma individual, e posteriormente as informações foram cruzadas de forma coletiva, comparando quanto à respectiva influência exercida e a influência sofrida, sendo que quanto maior o índice maior a relevância do fator. A matriz de impacto gera um índice de relevância (importância ao APL) que pode ser obtida pela equação:

$$IR = \frac{InRn * InPn * 100}{\sum Sisp}$$

IR= Índice de Relevância da situação avaliada;

InRn = Índices de influência recebida;

Inpn = Índices de influência provocada;

Sisp= Somatória dos índices (InRn* InPn) de todas as questões analisadas pelas participantes.

Após a finalização da coleta de dados primários, de acordo com o proposto por Vergara (2000), foi adotada a análise interpretativa e descritiva dos conteúdos obtidos durante as entrevistas, realizado por meio da técnica de triangulação de dados entre a observação dos pesquisadores no DRP, os documentos analisados e das respostas similares obtidas junto as famílias entrevistadas.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo revelou que, entre os moradores entrevistados, nenhum foi consultado quando da criação do parque, e revelou também (Tabela 1) que a falta de legislação sobre a adequada exploração produtos de florestas ainda é pouco esclarecedora, e de fato se constitui a primeira barreira a sobrevivências dessas famílias nas áreas de florestas. Similarmente ao descrito por Balzon (2005) e Anacleto e Negrelle (2013), quando há necessidade de comercialização os produtos, deve haver autorização de comércio em consonância com a legislação ambiental, tanto nos casos de cultivo, quanto de extrativismo. Este fato conjuminou na ausência de legislação sobre o uso dos produtos da floresta e foi classificado pela maioria dos entrevistados como o fator de maior injustiça social no caso das comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental.

Também foram relatadas dificuldades no extrativismo e a coibição enérgica pelas instituições de fiscalização ambiental quando do abate de pequenos animais silvestres para consumo familiar (Tabela 1).

Tabela 1. Principais fatores associados a sobrevivência das comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental no litoral do Paraná na percepção dos entrevistados.

	Ameaças	IR
1	Falta de legislação sobre uso sustentável em área de Floresta atlântica.	41,77
2	Coibição enérgica pelas instituições de fiscalização	32,21

3	ambiental aos moradores Baixo ou nenhum apoio governamental as comunidades rurais	9,91
4	Falta de organização das comunidades	8,23
5	Assimetria na distribuição dos lucros entre produtores e atravessadores	5,99
6	Preocupação social com o extrativismo	4,01
7	Desconhecimento sobre o que pode comercializar	5,33

Fonte: pesquisa de campo (2023)

A criação de diversos parques ambientais na região agrava o cenário de ameaças para as comunidades locais à medida que, segundo os entrevistados, as necessidades ecológicas e preservacionistas foram priorizadas as causas econômicas sociais, quando era necessário se pensar no conjunto das necessidades humanas e a permanência das famílias naqueles locais. Ressalta-se que a preservação ambiental é tão essencial quanto a condição das pessoas. As limitações acabaram por provocar, nas últimas décadas, um processo de êxodo rural dessas comunidades, e entre os muitos fatores que contribuíram para esse cenário do êxodo rural, Balzon (2005) destaca que as comunidades extrativistas, realizam seu trabalho com o uso de tecnologia rudimentar e subsistência, que atrelados a outros fatores como o acesso limitado a cultivo das terras devido a declividade, e em especial quando ocorre o confronto com as questões atreladas as legislações ambientais resultam em um cenário de pouca esperança na solução desses problemas.

Os moradores nessas áreas de preservação, muitas vezes, sem ter conhecimento de que reside em áreas restritivas acabam por inserir-se na ilegalidade e na marginalidade, dado que a exploração da maioria dos produtos de floresta efetivamente não possui regulamentação própria.

Oliveira et al. (2011) relatam que o processo de regulamentação, do ponto de vista da legislação ambiental, ocorre de acordo com o Decreto de Lei Federal 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que regulamenta, entre outros fatores, a extração e transporte de subprodutos da Mata Atlântica (VALENTE, 2009). Porém, quando a legislação do específico ainda não é capaz de normatizar a questão, a exploração deve obedecer à legislação maior, louvando a hierarquia das normas, especificamente no que se concerne, aquela que trata da exploração da floresta.

A extração em áreas classificadas como Unidades de Conservação – UC, sem autorização do órgão competente, estabelece valores em multa pela execução de atividades ilícitas e lesivas ao meio ambiente, bem como o transporte destes produtos (Decreto-Federal nº 3179/99, art. 32), e uma vez constatado o dano ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 art. 46), estabelece penalidades de detenção, variando de seis meses a um ano ou multa.

O crescimento das preocupações com as questões ambientais alavancou segundo Oliveira *et al.* (2011) a questão da preservação das florestas ao patamar de interesse internacional, fornecendo novas ideias acerca da relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Nessa linha de entendimento, o uso dos recursos de forma sustentável é proposta irreversível, além de partir do pressuposto de que o objetivo do desenvolvimento econômico das florestas é a manutenção da mesma e de suas populações naturais, visando muito além do capitalismo que só se preocupa com a lucratividade e competitividade nos mercados.

Anacleto e Bornancin (2018) relatam que a diversidade de produtos associados as florestas existentes no litoral do Paraná é capaz de possibilitar inúmeros benefícios para as comunidades rurais empobrecidas. Além disso, possibilita fonte de renda, pois nessas regiões encontram-se recursos medicinais, alimentícios e ornamentais, e apesar de existirem em grandes quantidades, essa diversidade contrasta com as dificuldades relatadas pelos entrevistados para acessar os estoques naturais e mesmo a construção de estruturas de cultivo. Segundo Negrelle *et al.* (2012) e Ferreira *et al.* (2007), o uso dos produtos florestais no litoral do Paraná não é proibido, mas as possibilidades de comércio são restritivos devido à inexistência de planos de manejo individualizado para a maioria das espécies com interesse comercial.

Anacleto e Bornancin (2018) destacam ser urgente a realização de estudos que estabeleçam protocolos de extrativismo controlado e de produção orgânica nessas comunidades, e que isso poderia resultar em avanços mais significativos e fortalecimento das comunidades. No entanto, as comunidades rurais do litoral do Paraná, ainda não estabeleceram níveis de organização que pudessem potencializar o poder de barganha junto às instituições e resultasse como alternativa viável para a solução desse impasse, seja no incentivo ao cultivo ou na extração sustentável da floresta. Assim, a baixa capacidade de organização dessas comunidades promove que as mesmas não conseguem se fazer ouvir pelas pessoas e instituições que

poderiam encaminhar soluções de mitigação do problema e refrear o êxodo rural que atualmente ocorre, e por ocorrer o êxodo, a capacidade de fortalecimento do tecido social continua enfraquecendo.

Negrelle et al. (2012) e Ferreira et al. (2014) também revelam a invisibilidades dessas comunidades junto ao poder público, e destacam que apesar de algumas espécies como bromélias, orquídeas, ervas medicinais entre outros produtos com origem no extrativismo abastecer uma parte significativa do comércio formal no Paraná e nos estados vizinhos. Ainda assim persistem lacunas que impede as famílias residentes nessas comunidades empobrecidas de se valerem desses recursos naturais.

Assim, essas famílias residentes em áreas de preservação permanecem na prática tradicional, sem opção de alteração do quadro de vida em que se encontram, diante da omissão do Poder Público no que tange à aplicação e/ou promoção do enquadramento dessas comunidades às diretrizes envolvidas na exploração de matéria prima oriunda de Mata Atlântica. O Manejo Sustentável visa utilizar os recursos florestais de forma a dar caráter de continuidade às próximas gerações, mesmo utilizando dos recursos. Este objetivo está implícito quando falamos de comunidades tradicionais, uma vez que a tradição em si, quando secular, comprova a sustentabilidade da prática (SACHS, 2007). No entanto, conforme relatado por Oliveira et al. (2011) especificamente no que concerne ao Estado do Paraná, a legislação coloca diretrizes para a realização do Plano de Manejo que inviabiliza o próprio plano, agindo assim de forma contraproducente numa esfera em que deveria predominar a facilitação do acesso aos meios legais, haja vista o relevante interesse na resolução da questão.

O abandono social imputado a essas famílias é agravado pelo fato que, entre os entrevistados, sequer conheciam que praticavam uma atividade ilegal, ou que necessitassem de autorização expressa dos proprietários de terra. Isto significar dizer que apresentam ignorância quanto às instituições de fiscalização para o exercício da atividade.

Uma alternativa a ser considerada na mitigação do problema está pautada na Lei Federal nº 11.428/2006 (art 3º), que define como população tradicional aquela que vive em estreita relação com o meio ambiente, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto

ambiental. Os residentes nessas comunidades podem ser enquadrados e considerados culturalmente como população tradicional, devido a terem cultura própria no fabrico do artesanato, vocabulário similar e diferente do coloquial, hábitos alimentares e, entre as várias características que possibilitaria o enquadramento nesta categoria, se ressalta especialmente o sistema de aprendizagem do manejo, que é passado de geração a geração. Todavia, conforme dispõe a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (art 8°, n. 3), para que a população tradicional possa desenvolver atividades costumeiras e para que seja beneficiada por tal, é preciso que o Poder Público, em todas as suas esferas, efetue juntamente com esses povos, um estudo técnico para avaliar a incidência social, espiritual e cultural, e sobre o meio ambiente.

O critério obtido pelo resultado é fundamental para a execução de atividades. Assim, essas poderão gozar das vantagens obtidas por tal caracterização, promovendo o resgate da cidadania e moral das famílias conforme relatado também por Oliveira et al. (2011). O princípio norteador da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n. 6.040/20070) está voltado diretamente para a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais, que deve expressar por meio pleno e efetivo, o exercício de cidadania. Além do que, (art 3°, VI,) tem como objetivo específico reconhecer com celeridade a autoidentificação desses povos, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos. A implementação dessa política é dada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, regulamentada pelo Decreto não numerado de 13 de julho de 2006, que tem como competência a identificação das necessidades e propor medidas ou modificação de instrumentos para a implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais. Entende-se como desenvolvimento sustentável o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado à melhoria da qualidade de vida da presente geração, proporcionando que futuras gerações tenham as mesmas possibilidades.

Nesse contexto, urge que alternativas sejam debatidas, e que as comunidades rurais tenham maior capacidade de organização no sentido de uma vez que não haja planos de manejo que liberem o extrativismo que sejam viabilizadas alternativas de cultivo para gerar renda familiar. Assim, aproveitando que as comunidades têm

conhecimento acerca dos produtos não madeiráveis, a correta orientação sobre as práticas de domesticação de espécies e manejo apropriadas traria crescimento econômico e fortalecimento social dessas comunidades, conforme também descrito por Ferreira e Negrelle (2007).

Segundo Anacleto et al. (2017) descrevem, o caminho principal para a mitigação dos problemas do extrativismo regional é o diálogo de saberes que envolva a ciência, o poder público e as comunidades no sentido de se buscar alternativas concretas na mitigação dos problemas observados.

Porém, urge que sejam respeitados os processos internos nas comunidades, mas, ao mesmo tempo, em que ocorra o fortalecimento do desenvolvimento rural pautados no fortalecimento do tecido social e na organização das comunidades de forma associativista. De acordo com Fernandes (2017), a reorientação da comunidade com o olhar em si, envolvendo economia, política e autogestão, transformaria a realidade individualista para uma realidade coletiva sustentada por ações coletivas, proporcionando uma visão mais abrangente e conhecedora das necessidades locais.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, que deveria ser democrático, não cumpre a sua função e impõe as comunidades socialmente vulneráveis maiores dificuldades de sobrevivência, acelera o definhamento dessas comunidades com relevância histórica e cultural no litoral Brasileiro. Em outras palavras, é dizer que o Estado não tem cumprido adequadamente sua função em relação às comunidades tradicionais que habitam as áreas de preservação ambiental no litoral brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa revelou que, apesar dos direitos assegurados pela constituição no que tange ao uso dos recursos naturais, essas comunidades enfrentam desafios significativos.

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a situação das comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental e avaliar as questões relacionadas aos direitos e deveres, bem como à injustiça social. Os dados obtidos confirmam que, embora essas comunidades tenham direitos garantidos, o processo de reconhecimento e apoio por parte do Estado ainda não foi iniciado. Isso levanta preocupações substanciais, pois coloca em risco a sobrevivência e a continuidade

dessas comunidades, que desempenham um papel histórico e cultural significativo no litoral brasileiro.

A falta de reconhecimento e assistência adequada acelera o definhamento dessas comunidades, levando ao êxodo rural e à marginalização. O Estado, ao não cumprir suas obrigações democráticas, contribui para aprofundar as desigualdades sociais e culturais nessas regiões.

É importante destacar que a preservação ambiental é crucial, mas também é essencial considerar as necessidades e a qualidade de vida das pessoas que habitam essas áreas. O desafio está em encontrar um equilíbrio entre a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais.

Em relação aos dados coletados, constata-se que a falta de legislação esclarecedora sobre a exploração sustentável de produtos florestais é uma das principais barreiras enfrentadas por estas famílias nas áreas de florestas. A ausência de regulamentação adequada resulta em práticas ilegais e marginalização, colocando em risco não apenas as comunidades, mas também os recursos naturais.

Extrai-se, pois, do estudo, a urgência de ações que reconheçam e apoiem efetivamente essas comunidades tradicionais. É fundamental que o Estado atue de acordo com os princípios de um Estado democrático, garantindo que essas comunidades tenham acesso aos seus direitos constitucionais, promovendo a inclusão social e cultural, e permitindo que essas comunidades contribuam de forma sustentável para a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico das áreas em que vivem. É necessário buscar alternativas que envolvam o diálogo de saberes, incluindo a ciência, o poder público e as próprias comunidades, a fim de encontrar soluções eficazes para as questões observadas.

Em resumo, é imperativo que o Estado cumpra seu papel democrático, garantindo que as comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental não apenas sobrevivam, mas também prosperem, preservando assim não apenas seu modo de vida, mas também a riqueza histórica e cultural que representam no contexto do litoral brasileiro.

3.5 REFERÊNCIAS

ANACLETO, A.; BORNANCIN, A. P. A. . Local Productive Arrangement of Non-Wood Forest Products in Paraná Coast, Brazil, Between Ascension and Decline. **Australian Journal Of Basic And Applied Sciences**, v. 12, p. 67-71, 2018.

ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R. B. Comércio de bromélias no Paraná. **Revista Ceres**, v. 60, n. 2, 2013.

ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R. B. Bromeliads Supply Chain of Paraná State - Brazil. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 6, p. 1-12, 2019.

ANACLETO, A.; ANDREOLI, V. M.; MURARO, D. ; ANACLETO, A. F. M. . As relações entre justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná. In: **ANAIS...** Congresso Internacional de administração, 2007, Ponta Grossa. Anais do Congresso Internacional de administração, 2007. v. único.

ANACLETO, A.; FREITAS, E. C. S.; LEANDRO, R. P.. Production and trade of sugar cane spirit aged with cataia in Paraná coast – Brazil: socioeconomic implications. **International Journal Of Scientific Research**, v. 2, p. 2-12, 2017.

BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros análise retrospectiva. **Floresta**, v. 34, n. 3, 2004.

FERREIRA, M.R., ANACLETO, A., NEGRELLE, R.R.; , T. P. Extractive traditional rural communities from atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast–Brazil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 07, 2017.

FERNANDES, D. M. M.;KARNOPP, E. Cooperativismo: evolução histórica e contribuições para os processos organizativos de cooperativas de agricultores familiares praticantes da agroecologia. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 133-155, 2017

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura. racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau, SC: Editora da Furb, 2000.

NEGRELLE, R. R. B.; LIMA, R. E. **Meio ambiente e desenvolvimento no Litoral do Paraná: subsídios à ação**. Curitiba: NIMAD/UFPR, 2002.

NEGRELLE, R. R.; ANACLETO, A. Extrativismo de bromélias no Estado do Paraná. **Ciência Rural**, v. 42, p. 981-986, 2012.

OLIVEIRA, R. F. ; SANTOS, J. G. A. ; SANTOS, L. B. **O empreendedorismo por necessidade e a ilegalidade da atividade dos cipoeiros urbanos no Litoral do Paraná**. In: VII Encontro Paranaense de Empreendedorismo e Gestão Empresarial, 2011, Ponta Grossa. Anais VII EPEGE, 2011. v. 1. p. 1-14.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.472p.

VALENTE, T. P. **Subsídios a exploração sustentável do cipó-preto (Philodendron corcovadense Kunth)** (Mestrado em agronomia). Universidade Federal do Paraná, 2009.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Capinas, São Paulo: autores associados, 2004.

4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL DO PARANÁ: A EROSÃO DO SER E SABER

RESUMO

O artigo analisa como as políticas públicas de preservação ambiental afetam as comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba, litoral paranaense, Brasil. Investiga se essas políticas conseguem equilibrar a proteção ambiental com o respeito às tradições das comunidades. Utiliza entrevistas e uma abordagem interdisciplinar, revelando que a criação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange gerou impactos significativos, incluindo o êxodo de famílias e a erosão de práticas tradicionais. A falta de consulta pública também gerou preocupações. No entanto, os moradores demonstraram um forte desejo de permanecer na região, destacando a necessidade de estratégias de desenvolvimento sustentável e educação inclusiva. O estudo contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito às culturas das comunidades tradicionais, enfatizando a importância de políticas mais inclusivas.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; conflito socioambiental; litoral do Paraná; Caiçara.

Abstract:

This article examines how public policies for environmental preservation affect caiçara communities in the Guaratuba Bay, Brazil. It investigates whether these policies can balance environmental protection with respect for the traditions of the communities. It uses interviews and an interdisciplinary approach. It reveals that the creation of the Saint-Hilaire Lange National Environmental Park generated significant impacts, including the exodus of families and the erosion of traditional practices. The lack of public consultation also raised concerns. However, residents demonstrated a strong desire to remain in the region, highlighting the need for sustainable development strategies and inclusive education. The study contributes to the debate on how to balance environmental conservation with respect for the cultures of traditional communities, emphasizing the importance of more inclusive policies.

Keywords: Traditional communities; socio-environmental conflict; Paraná coast; caiçara.

4.1 INTRODUÇÃO

A relação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é um desafio global que, muitas vezes, acontece em territórios sensíveis e complexos. Essa situação se torna demasiadamente evidente quando envolve comunidades tradicionais que vivem em áreas costeiras e ecossistemas naturais, comunidades tradições seculares e dependente dos recursos naturais para sua subsistência.

De acordo com Anacleto et al (2007), o litoral do Paraná possui mais de 35 comunidades tradicionais as quais a existência está intrinsecamente ligada à terra que ocupam e ao mar. No entanto, nessa região ao longo das últimas décadas várias áreas foram transformadas em parques ambientais, o que acabou por gerar tensões entre a conservação ambiental, o desenvolvimento e em muitos casos a questão da sobrevivência e manutenção dessa população em seus locais de origens. Entre as várias áreas formalizadas para a proteção dos ativos ambientais, destaca-se a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange, uma área de preservação ambiental que busca proteger a biodiversidade única da região Sul do litoral do Paraná. No entanto, essa proteção ambiental não ocorre em um espaço livre de relações humanas, ao contrário, ela impacta diretamente as famílias caiçaras que há séculos habitam essas localidades.

A tradição em uma comunidade é resultante das formas práticas e repetitiva de comunicação oral dos fatos, histórias, estórias, lendas, ritos, usos, costumes atos e ações de um grupo de pessoas que habitam a mesma região, situações que sobrevivem ao tempo e por si se transpõe há várias gerações, inclui-se a esta relação os lugares mais remotos como das comunidades as margens das baías marítimas do litoral do Paraná. Salomon *et al.* (1993), Thum (2017) e Anacleto et al. (2007) relatam que o mundo tem se modificado de forma intensa, e existe a necessidade de se avaliar como é percebida a relação do mundo em transformação com a tradição dessas localidades, considerando inclusive as coisas boas e as coisas ruins, bem como o isso tem de valor ou a sua significação para as pessoas que vivem nas comunidades tradicionais, que segundo Anacleto *et al.* (2007) nas últimas décadas sofreram grandes alterações em seus sistemas de vida, sendo essa situação mais agravada no litoral do Paraná, onde ocorre fortemente o êxodo para os grandes centros e por consequente a erosão do conhecimento secular.

A erosão do conhecimento tradicional nas comunidades do litoral do Paraná, segundo Anacleto et al. (2023), é um fator preocupante porque esse grupo de pessoas pela sabedoria poderiam ceder amplo apoio à ciência na busca por soluções dos problemas das próprias comunidades. Neste contexto, considerando o descrito por Brasil (2007) e Anacleto *et al.* (2023), as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social. Elas ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas. É necessário que as políticas públicas possam reverter a situação de instabilidade gerada e possa dar segurança a essas comunidades.

A ausência de políticas públicas adequadas a esse grupo de pessoas pode resultar que as famílias com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade e baixa renda, quando das mudanças acentuadas necessitem de apoio governamental para administrar e superar os problemas derivados das mudanças em si e caso isso não ocorra, pode gerar o êxodo para os grandes centros, situações observadas nessa pesquisa. Assim, quando da criação do parque ambiental, um conjunto de políticas públicas deveria ter sido colocado em prática ao auxílio das famílias afetadas pela mudança de cenário. Portanto, avaliar de forma abrangente a interseção entre as políticas públicas de preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e o contexto histórico das comunidades tradicionais na Baía de Guaratuba em especial as percepções e desafios enfrentados pelas famílias caiçaras após a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange é urgente em especial devido aos escassos estudos que abordam essa temática.

Diagnósticos sobre a eficácia das políticas públicas segundo Salomon *et al.* (1993), pode ser a base da esperança para o futuro. No entanto, é necessário ouvir as comunidades envolvidas, para poder avaliar se, de fato, as expectativas estão sendo atendidas, se o conhecimento tradicional está sendo preservado, se a ciência e tecnologia atende as prerrogativas das políticas públicas e que ao mesmo tempo preserve a espécie, mas não desconsidere a figura humana dependente do recurso natural e por consequência o direito à sobrevivência.

Assim, diante do contexto, apresenta-se a indagação do presente estudo, ou seja: as políticas públicas previstas nos processos de implantação de áreas de preservação ambiental permanente são capazes de promover a proteção do meio

ambiente ao mesmo tempo que geram o desenvolvimento sustentável, respeitando o contexto histórico das comunidades tradicionais?

Este estudo busca, portanto, avaliar de forma abrangente a interseção entre as políticas públicas de preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e o contexto histórico das comunidades tradicionais na Baía de Guaratuba. Através de uma metodologia que combina entrevistas semiestruturadas e uma abordagem interdisciplinar inspirada na teoria da complexidade (MORIN, 2006), procurou-se lançar luz sobre as experiências, percepções e desafios enfrentados pelas famílias caiçaras, após a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange.

Ao compreender os impactos dessas políticas públicas na vida das comunidades caiçaras e na preservação do meio ambiente, este estudo contribui para a discussão mais ampla sobre como equilibrar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, honrando ao mesmo tempo a rica herança cultural e histórica das comunidades tradicionais.

Ao explorar a erosão do ser e saber das comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba, esta pesquisa busca contribuir para a formação de políticas futuras e ações que possam promover um equilíbrio entre a proteção ambiental e o respeito pelas culturas e identidades das comunidades tradicionais.

4.2 METODOLOGIA

4.2.1 Natureza do estudo

A presente pesquisa exploratória descritiva foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com maior enfoque qualitativo, porque objetivou descrever as características e percepções dos entrevistados, sem se preocupar com o uso de técnicas estatísticas.

Quanto à forma, foi adotado o modelo de levantamento, conforme roteiros de entrevistas com moradores, a fim de verificar as diferentes percepções de acordo com os fatores socioeconômicos e culturais.

O estudo visou então elaborar um diagnóstico relativo às famílias remanescentes em comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba-Paraná, avaliando se, em suas perspectivas, os direitos fundamentais delas foram garantidos após a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange.

4.2.2 Caracterização da região do estudo

O Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange está situado a apenas 100 km da capital do Estado, Curitiba, e a 40 km da cidade portuária de Paranaguá. Está alocado no da Serra do Mar paranaense, limitando com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do rio Cubatãozinho. Suas áreas variam de 10 metros sobre o nível do mar até 1.400 metros onde estão as montanhas do maciço Serra da Prata. O Parque é de grande importância, pois integra o núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e parte da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba, protegendo assim um dos trechos mais conservados da Mata Atlântica do país. O parque tem ainda grande importância ecológica uma vez que, por seu posicionamento geográfico, constitui um elo fundamental na composição do Mosaico dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Litoral Sul de São Paulo e do Litoral do Paraná (PNSHL, 2022).

4.2.3 Escolha do local da pesquisa

O espaço territorial do parque atinge uma série de comunidades localizadas no interior ou próximas aos limites da Unidade de Conservação. Estas comunidades junto com outros representantes do poder público e da sociedade civil organizada integram o Conselho Consultivo. Dentre as localidades atingidas pelo Parque, estão as comunidades do Cabaraquara e do Parati, que se situam na porção sul do Parque, nas proximidades da baía de Guaratuba.

A escolha das comunidades do Cabaraquara e Parati como local para realização do estudo foi feita considerando alguns fatores em especial. O primeiro fator que determinou a escolha foi a presença de famílias remanescentes de comunidades caiçaras, ainda dependentes das atividades naturais dessas comunidades tradicionais, notadamente a pesca e a agricultura de subsistência, e que são atingidas pelos efeitos limitadores dos processos de implantação da Unidade de Conservação. O segundo fator foi a relevância das relações existentes nestas comunidades, entre as famílias remanescentes de comunidades caiçaras e os demais atores que integram o contexto social local como os líderes locais, representantes de poderes públicos, da sociedade civil notadamente relacionadas aos processos de

implantação do Parque, tanto para as próprias famílias como também para a efetivação do ideal de proteção ambiental.

O terceiro e último fator diz respeito à presença de lideranças e entidades representativas reconhecidas e bem atuantes o que foi avaliada como significativa para realização da pesquisa.

4.2.4 Período das visitas, coleta e análise dos dados

A coleta de dados aconteceu no período de junho a agosto de 2023, mediante utilização de entrevistas semiestruturadas (VERGARA, 2006), que foram realizadas nos locais de residência dos integrantes das famílias remanescentes de comunidades caiçaras situadas nas comunidades do Cabaraquara e Parati. Ao total foram identificadas por estudos anteriores 18 famílias que já haviam tido relação de uso dos produtos de florestas, deste total, representantes de 4 famílias se dispuseram a participar da pesquisa as outras famílias já haviam se deslocado da comunidade para residir em outras localidades.

As pessoas escolhidas foram entrevistadas por acessibilidade e desde que concordassem em participar da pesquisa, de forma voluntária e expressa. Todos os registros foram gravados e as perguntas permitiram detectar o perfil socioeconômico, no que se refere à faixa etária, tempo de atuação em atividades econômicas e sociais típicas das comunidades tradicionais, bem como os eventuais impactos dos processos de implantação do parque em suas vidas.

Os dados obtidos foram analisados de acordo com a teoria da complexidade (MORIN, 2006) que, partindo de uma visão de mundo que comporta e acolhe a confusão, a desordem e a incerteza, estabelece relações entre as variáveis percebidas e busca apontar proposições ou compreensões sobre os problemas complexos.

4.3 RESULTADOS

A pesquisa de campo revelou que ocorreu grande êxodo de famílias renascentes nas comunidades caiçaras nas áreas adjacentes e internas ao parque após a sua criação. A confirmação se dá diante do descrito por Silva *et al.* (2007) de que a comunidade possuía no ano de 2007, 18 famílias, no entanto, durante a fase de

coleta de dados no campo, foi observado elevado número de casas nas comunidades (n=13) que atualmente são usadas como segunda residência por turistas em especialmente no período de veraneio.

Os entrevistados também apresentaram baixo índices de escolaridade, devido ao fato de que significativa parcela dos residentes (n=40%) nunca frequentaram a escola, sendo classificados como não letrados, e apenas a menor parte dos entrevistados concluíram o ensino médio (10%) e as outras pessoas cursaram apenas o ensino fundamental.

O arranjo familiar observado na pesquisa de campo era em sua totalidade de pessoas casadas (60%), ou viviam em regime de união estável (40%), tendo em média 6 filhos por casal. No entanto, entre as novas gerações e facilmente observado o êxodo da localidade e busca de melhores oportunidades de trabalho e renda.

Entre as pessoas que permaneceram nas comunidades, observou-se que a idade média era de 71,1 anos entre os entrevistados, classificada como elevada quando comparado com a composição de idade média no Brasil.

A idade avançada dos moradores conjuminou que a grande maioria dos entrevistados (60%) se declaravam aposentados, mas ainda se dedicavam à agricultura e pesca como atividade de subsistência, tendo sido também relatada a atividade de complemento de renda ((n=20%) com atividades relacionadas ao turismo de base comunitária. Ainda há atividades de prestação de serviços de limpeza de terrenos dos turistas de segunda residência na região, sendo que nestes casos, os relatos mostraram que os moradores trabalham entre 6 e 8 horas por dia neste tipo de atividade, ao total a rendas das famílias dos entrevistados era em média de R\$ 1.964,00 ao mês.

O saber coletivo foi relatado pela totalidade dos entrevistados com origem nas relações familiares, sendo passado de pais para filhos ao longo das gerações, em especial no saber relacionadas à agricultura de subsistência com o cultivo de mandioca, abacaxi e arroz, a caça de pequenos animais silvestres, a extração de produtos florestais não madeiráveis como as ervas medicinais, palmito e a pesca de subsistência na baía de Guaratuba.

As atividades relacionadas ao turismo de base comunitário foi relatada como mais recente e ocorrida diante da demanda de pescadores amadores e ecologistas de locais para acomodação durante o período de veraneio. A totalidade dos entrevistados informaram que a criação do parque colocou em choque as tradições e

os conhecimentos aprendidas do saber coletivo, que contrasta com as novas prerrogativas da preservação ambiental que segundo a totalidade dos entrevistados à medida que praticas seculares de cultivo não puderam mais ser exercida por impeditivos legais de proteção ao meio ambiente.

Ainda segundo os relatos, desde a criação do parque, também se elevou a dificuldade da criação de pequenos animais como suínos e cabras e outras lavouras que necessitavam do uso de defensivos agrícolas contra pragas e doenças. O cultivo no sistema de pousio também sofreu restrições diante que este tipo de prática agrícola na comunidade ocorria em uma espécie de revezamento onde após a colheita, ocorria um período de descanso de no mínimo três anos, e findo os quais ocorria a roçada, a seca da palhada e posteriormente a queimada para limpeza do terreno, sendo que essa prática foi impeditiva na nova realidade com a criação do parque.

A restrição de cultivo também provocou a quase extinção dos Guajus, uma espécie de mutirão onde toda a comunidade se reunia para ajudar um morador em atividade específica, posteriormente este dia de trabalho era sempre retribuído sem qualquer espécie de custos as outras famílias. A troca de serviços era uma prática cultural também secular e, nestes períodos, aconteciam os momentos das rodas de conversas, trocas de informações sobre as lavouras, trocas e negócios com pequenos animais e em especial sobre a pesca artesanal. Os Guajus eram relevantes momento em que ocorriam vários tipos de relações sociais e interpessoais como namoros, combinações de atividades laborais e organização da comunidade quando necessário do diálogo com os políticos locais.

A prática era organizada e todas as pessoas tinham uma função no trabalho desde as crianças até os homens que faziam os trabalhos mais pesados, assim a limitação da agricultura, além de dificultar a atividade de garantia alimentar, alterou profundamente os meios de vida social daquelas pessoas. Além disso, reduziu as interações entre as famílias que se viram mais distantes e solitárias, sendo que esse fator pode ter sido um agravante ao êxodo rural que se instalou de forma acentuada nessas comunidades tradicionais.

A criação do parque prevê, por força da legislação, a consulta pública e o diálogo direto com os residentes e moradores das comunidades tradicionais inseridas nas áreas a ser protegidas. No entanto, a totalidade dos entrevistados relataram que o cumprimento desta situação não foi observada, diante de que 80% dos entrevistados afirmaram que na época da criação do parque souberam do assunto e que ocorreriam

mudanças por intermédio de outras pessoas. O restante sequer soube deste processo e somente após a imposição das mudanças que souberam que estavam residenciado em área protegida, e nunca foram convidados à reunião ou questionados se aceitariam, ou não as mudanças de vida.

Duas outras questões relatadas pelos entrevistados foram primeiramente a ampliação e frequência das ações fiscalizadoras das autoridades ambientais como no caso da extração do palmito, alimento base da cultura caiçara na região e o impeditivo da caça de pequenos animais da floresta para consumo familiar.

A pesquisa de campo revelou que, entre os moradores, a totalidade se sente injustiçada pela criação do parque, e revelam que as restrições são um fato, mas não ocorreu benefícios e que similar a outros países no mundo, os moradores deveriam receber indenizações ou ser contratados para fazer a proteção do parque. Ocorreram ainda os relatos sobre o isolamento dos moradores que só possuem saída via pluvial e por uma trilha, que corresponde à antiga estrada que liga a comunidade à PR-508.

Contudo, apesar das dificuldades, todos os entrevistados (100%) mencionaram que escolheram viver na região em função da tranquilidade e do contato com a natureza. Ao serem questionados sobre o interesse em se mudar do local, caso tivessem condições para isso, todos os entrevistados (100%) afirmaram que não desejariam se mudar, mas gostariam de melhores condições de sobrevivência no local onde nasceram. No que diz respeito a possíveis melhorias na forma de vida das famílias inseridas na área do parque, a totalidade relatou que não houve melhorias e a menor parte (n=20%) descreveu que apenas o meio ambiente e a floresta foram beneficiados porque foram mais protegidos, mas as pessoas ficaram relegadas a segundo plano.

4.4 DISCUSSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa lança luz sobre a complexa interseção entre políticas públicas de preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e o contexto histórico das comunidades tradicionais na Baía de Guaratuba, Paraná. O problema de pesquisa central "As políticas públicas previstas nos processos de implantação de áreas de preservação ambiental permanente são capazes de promover a proteção do meio ambiente ao mesmo tempo que geram o

desenvolvimento sustentável, respeitando o contexto histórico das comunidades tradicionais?" revelou-se de grande relevância à luz dos resultados obtidos.

4.4.1 Impacto da Criação do Parque na Comunidade Caiçara

O êxodo de famílias caiçaras das comunidades adjacentes e internas ao Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange, após a sua criação, é um dos resultados mais significativos deste estudo. Isso confirma a preocupação expressa por Silva *et al* (2007) sobre a possibilidade de deslocamento de comunidades tradicionais devido a medidas de preservação ambiental. Os dados revelaram que, embora a comunidade tenha contado com 18 famílias em 2007, apenas 13 casas são atualmente ocupadas, principalmente por turistas durante o verão.

Importante destacar aqui que, apesar do baixo número de moradores remanescentes de comunidades tradicionais, existem no local mais casas utilizadas apenas em finais de semana (finalidade de lazer), mostrando uma real alteração do perfil da população que habita o local.

O êxodo das famílias nessas comunidades ocorre por vários fatores e, apesar de a dificuldade de geração de renda e garantia alimentar se constituírem os mais relevantes, outros motivos também ser considerados como propulsores do processo do êxodo. A medida que novas famílias são constituídas, e as crianças crescem a inexistência de escola, este fator atrelado à ausência de serviços de saúde próximo se constituem também situações desfavoráveis que impulsionam a busca por outros locais para viverem.

Urge destacar que estes espaços são considerados fomentadores do capital social e do fortalecimento da construção das ações de coletividade, porque são justamente nestes espaços que ocorrem os diálogos que poderiam resultar em capacidade de organizar grupos de interesse comum. No entanto, sem estes espaços de convivência as ações e iniciativas de organização social se tornam mais difíceis.

Zanatta e Ferreira (2009) e Negrelle e Lima (2002) descrevem que as atenções e as políticas públicas relacionados às comunidades tradicionais estão em sua maioria centradas no quesito conservação da natureza e exclui o ser humano, emitindo atenção na biodiversidade e não na sociodiversidade.

A presença das pessoas, nestes espaços de proteção ambiental, é parcialmente considerada, mas a diversidade é preservada mais facilmente quando

ocorre por intermédio do coletivo ancorado na conscientização das populações que já vivem no contato direto com a natureza e detém o ciclo do saber e do conhecimento adquirido pela oralidade. Bornancin (2020) destaca que as comunidades caiçaras têm um papel relevante na preservação do meio ambiente e das áreas protegidas. Há manutenção dos recursos, já que dependem deles para garantir a sobrevivência familiar, porém o conceito de pluriatividade deve ser considerado como alternativa de combate ao êxodo, mas este conceito aparentemente ainda se faz distante, dado que ainda não houve ações de políticas públicas para as áreas protegidas suficientes, eficientes e claramente regulamentadas para prover autonomia do uso dos recursos naturais disponíveis como a agricultura, artesanato e extração de recursos como flores, frutos, cascas folhas, raízes, de forma geral, sendo que a única atividade regulamentada e a pesca conforma também relatado por Negrelle e Lima (2002).

Urge que no contexto da manutenção dessas famílias em seus locais de origem, sejam consideradas as possibilidades de cultivo da terra mesmo em áreas protegidas, Wolf (2003) relata que nessas comunidades a atividade agrícola é realizada com baixa tecnologia, caracterizando com objetivo apenas de subsistência, e comercialização de pouco excedente, a fim de poder fazer a aquisição de elementos básicos de consumo, como sal, roupa e outros produtos que não conseguem produzir, sendo, no entanto, necessário ajustes no sistema de preparo da terra, dado que o sistema de derrubada e coivara (*slash and burn*), com a prática das ações de “derruba e queima” não é aceitável nessas áreas protegidas. Porém, esse costume tradicional, poderia ser o único impeditivo, dado que outras formas de contaminação do meio ou do solo não ocorrem.

O futuro revela que um dos caminhos viáveis é a agroecologia, visando a soberania alimentar a partir do potencial endógeno de conhecimentos tradicionais. O sistema de produção atualmente adotado nessas áreas protegidas que são ancoradas nas práticas e saberes existentes estão muito próximos do sistema agroecológico e orgânico. Sob este aspecto é urgente que ocorra entre comunidades e outros atores externos novas rodadas de diálogos, porque ao mesmo tempo que o Estado criou o parque saint Hilaire e o impôs à preservação ambiental, não foram consideradas as famílias caiçaras que secularmente viveram suas vidas trabalhando numa relação muito estreita com o mundo natural e possuem um tipo de experiência e sensibilidade para com a natureza (Ferreira, 2010); (Bornancin, 2020).

A situação ocorrida pode estar atuando como fomento ao êxodo e indica a necessidade urgente de políticas públicas para que se possam promover novos tipos de ações produtivas com vias à sobrevivência e manutenção dessas famílias e relata que um caminho pode ser a questão de formulação de políticas públicas para o fomento do empreendedorismo coletivo ou comunitário similares às ecoempresas comunitárias. Segundo Ferreira (2010), as ecoempresas têm como premissa as novas práticas organizativas por meio da valorização do capital humano e social, propiciando também o aumento das capacidades de escolhas das famílias no que se refere a geração de renda e capacidade de sobrevivência.

Ferreira (2010) promove uma austera crítica onde afirma

A ausência do Estado e fragilidade das famílias ficam evidenciadas pelo fato dessas comunidades rurais nunca terem recebido um programa específico dada às suas características, ou seja, nunca entraram na agenda política. Sem Estado efetivo é difícil desenvolver população com cidadania plena. A situação dessas famílias que não receberam políticas apropriadas, educação, saúde, extensão rural para o desenvolvimento de práticas agroecológicas tornou-as expostas à exploração e diante de um limitado acesso aos capitais que essas famílias poderiam contar (Ferreira, 2010).

O uso dos recursos ambientais em áreas protegidas, além das inibições e dificuldades impostas às comunidades no Litoral do Paraná, também possuem resistência e pressão dos atores externos, que vislumbra o preservacionismo, sem perceber que a atividade geradora de renda se configura como uma importante alternativa de permanência da população nos seus locais de origem. Sachs (2007) destaca que a organização dessas comunidades pode ser fator determinante na ativação destes recursos. Mellinger e Floriano (2015) sugerem que a participação de representantes das comunidades junto aos órgãos estatais, são frágeis porque os mesmos pouco sabem sobre como resolver as suas demandas e nem tão pouco como organizar suas reivindicações. No município de Guaratuba é possível observar que pessoas de “fora das comunidades” representam seus interesses, situação que pode estar ocorrendo nas áreas investigadas diante da elevada presença de turistas, residindo nas comunidades tradicionais.

Os ciclos necessitam ser revistos e Vieira (2006) afirma que qualquer melhoria das condições de vida nessas comunidades deve considerar a integração interinstitucional e a socioeconomia dos recursos naturais de uso comum e finalmente

dialogar com a comunidade. Sem esse conjunto de características as proposições terão poucas chances de ser efetivas.

4.4.2 Alternativas Sustentáveis para a Comunidade

É crucial considerar alternativas sustentáveis que poderiam garantir a permanência das famílias caiçaras e a preservação de suas tradições. O extrativismo sustentável, como o exemplo do palmito, pode ser uma estratégia viável para garantir a subsistência das comunidades, desde que seja realizado de maneira responsável, respeitando os ciclos naturais da floresta.

Como alternativa viável à comunidade caiçara do Parque Nacional Saint Hilaire Lange, o extrativismo sustentável se destaca principalmente devido à sua capacidade de conciliar a preservação ambiental com a geração de renda e a subsistência das famílias. Registra-se aqui que esta modalidade envolve a coleta responsável de recursos naturais, como o palmito, de forma a garantir que os ecossistemas locais não sejam prejudicados a longo prazo.

Também é importante destacar que o extrativismo sustentável considera o ciclo natural dos recursos. No caso do palmito, as palmeiras são cuidadosamente escolhidas para a colheita, garantindo que apenas algumas sejam retiradas, permitindo que as outras continuem a crescer e se regenerar naturalmente. Isso assegura que o recurso não seja esgotado, preservando, assim, a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas da região.

Um outro aspecto muito importante é que o extrativismo sustentável, muitas vezes, envolve práticas tradicionais de coleta que as comunidades caiçaras já dominam. Eles possuem conhecimento aprofundado sobre os recursos naturais locais e têm práticas de coleta que são culturalmente enraizadas e ambientalmente conscientes. Isso não apenas protege o meio ambiente, mas também respeita e preserva as tradições e os modos de vida das comunidades.

Além disso, de forma também bastante importante, o extrativismo sustentável pode proporcionar uma fonte de renda estável para as famílias residentes na comunidade Salto do Parati, permitindo-lhes atender às suas necessidades econômicas básicas. Isso é crucial para garantir o direito à subsistência e, ao mesmo tempo, promover a conservação do ambiente.

Nesse contexto, o extrativismo sustentável emerge como uma alternativa promissora, porque permite que as comunidades caiçaras continuem a utilizar os recursos naturais de forma responsável, mantendo seus meios de subsistência e respeitando os direitos humanos fundamentais, ao mesmo tempo em que contribuem para a preservação dos ecossistemas naturais da região.

A prática da agricultura orgânica também surge como um caminho promissor para a geração de alimentos e a garantia da soberania alimentar das comunidades. A produção orgânica não apenas respeita o meio ambiente, mas também pode gerar produtos de alta qualidade que têm demanda crescente no mercado. Nesse contexto, essa abordagem se alinha com os resultados obtidos e destaca a importância das práticas agrícolas tradicionais.

Esta abordagem é fundamental por várias razões. Primeiramente, a agricultura orgânica respeita o meio ambiente ao evitar o uso de produtos químicos sintéticos, como pesticidas e fertilizantes, que podem causar danos significativos aos ecossistemas locais e à biodiversidade. Além disso, ela se baseia em princípios de sustentabilidade, promovendo a conservação do solo, a redução da erosão e o uso responsável dos recursos hídricos.

Outro aspecto crucial é que a agricultura orgânica pode atender à crescente demanda por alimentos saudáveis e livres de resíduos químicos no mercado, o que representa uma oportunidade econômica para as comunidades caiçaras. Os produtos orgânicos geralmente têm um valor agregado maior e podem gerar uma fonte de renda mais estável quando cultivados de acordo com os princípios orgânicos. Além disso, ao adotar práticas de cultivo orgânicas, as comunidades podem contribuir para a diversificação da produção agrícola, reduzindo a dependência de culturas específicas e, assim, aumentando a segurança alimentar.

Por último, mas não menos importante, a agricultura orgânica está alinhada com a busca pela soberania alimentar das comunidades caiçaras, garantindo que tenham controle sobre a produção de alimentos que sustentam suas famílias. Isso fortalece os direitos humanos das comunidades, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre como cultivar, colher e consumir alimentos de maneira saudável e sustentável.

Portanto, a promoção da agricultura orgânica não apenas protege o meio ambiente, mas também oferece uma perspectiva econômica favorável, contribui para a segurança alimentar e reforça os direitos humanos das comunidades caiçaras,

tornando-a uma alternativa vital e relevante no contexto do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e da comunidade tradicional do Salto do Parati. Contudo, é importante lembrar também nesse ponto, que a pesquisa ressalta que a falta de regulamentação e apoio governamental tem sido um obstáculo para a adoção dessa prática, evidenciando a necessidade de medidas políticas eficazes nesse sentido.

Outra alternativa importante, que pode mitigar a pobreza em algumas situações e reverter o quadro acelerado de êxodo da comunidade, são os cultivos marinhos. A exploração sustentável de recursos marinhos, como a criação de organismos marinhos em viveiros, pode ser uma fonte de renda estável e compatível com a preservação ambiental.

A criação de organismos marinhos em viveiros, como o cultivo de peixes, moluscos e crustáceos, pode oferecer uma fonte de renda relativamente estável ao longo do ano. Isso é fundamental, pois proporciona às famílias caiçaras uma alternativa econômica consistente, reduzindo a necessidade de buscar oportunidades de trabalho em outros lugares que frequentemente levam ao êxodo. No caso da comunidade do Parati, já existem pessoas que desenvolvem o cultivo de ostras e têm nessa atividade uma fonte de renda.

Quando geridos de forma responsável e sustentável, os cultivos marinhos podem ser compatíveis com a preservação ambiental. Eles não causam danos significativos aos ecossistemas costeiros e podem, na verdade, promover a recuperação de habitats naturais, desde que sejam implementadas práticas adequadas de manejo e conservação.

As comunidades caiçaras, como é o caso dos moradores tradicionais do Parati, muitas vezes têm um profundo conhecimento das águas costeiras e dos ciclos naturais das espécies marinhas. Isso lhes confere uma vantagem única na gestão dos cultivos marinhos, uma vez que estão intimamente ligados ao ambiente. Ao aproveitar esse conhecimento tradicional, as comunidades podem maximizar a eficácia de suas operações de cultivo.

O envolvimento das comunidades caiçaras na gestão de cultivos marinhos, pode torná-las mais autossuficientes economicamente. Isso não apenas ajuda a atender às necessidades básicas das famílias, como também fortalece seu senso de autonomia e empoderamento, o que pode contribuir para a retenção da população local.

A pesquisa demonstrou de forma muito clara que as práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência e a pesca, foram prejudicadas pelas restrições impostas pela criação do parque. Nesse cenário, os cultivos marinhos podem atuar como uma alternativa viável, reduzindo a dependência dessas atividades ameaçadas, permitindo que as famílias diversifiquem suas fontes de renda.

Portanto, os cultivos marinhos são uma solução atrativa para combater o êxodo da comunidade caiçara, pois oferecem estabilidade econômica, são compatíveis com a preservação ambiental, aproveitam o conhecimento local e capacitam as comunidades a enfrentarem os desafios econômicos, ao mesmo tempo que contribuem para a manutenção de suas tradições e modos de vida.

No entanto, para que essas alternativas sustentáveis sejam eficazes, é imperativo que programas de informação e formação direcionados para a população local sejam implementados, proporcionando às comunidades as habilidades e o conhecimento necessários para uma gestão responsável dos recursos naturais. Isso não apenas fortalecerá os direitos humanos das comunidades, mas também preservará suas tradições e a rica herança cultural que caracteriza a região.

Em suma, à luz dos resultados desta pesquisa, a busca por alternativas sustentáveis no contexto do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e da comunidade tradicional do Salto do Parati não é apenas uma questão de subsistência, mas também uma questão de direitos humanos fundamentais. O apoio governamental, a regulamentação adequada e programas educacionais direcionados são essenciais para enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentam, garantindo que essas comunidades continuem a prosperar em harmonia com seu ambiente único e valioso.

4.4.3 Educação e Envelhecimento

A análise dos níveis de escolaridade revelou uma realidade preocupante nas comunidades caiçaras do entorno do Parque Nacional Saint Hilaire Lange. Cerca de 40% dos entrevistados nunca frequentaram a escola, sendo classificados como não letrados. Essa estatística destaca a necessidade premente de implementar abordagens educacionais inclusivas e acessíveis nessas comunidades, especialmente porque a falta de acesso à educação formal limita severamente o desenvolvimento individual e coletivo dessas pessoas. É imperativo reconhecer que a educação desempenha um papel fundamental na capacitação das gerações mais

jovens e na promoção de oportunidades para o seu desenvolvimento, pois fornece conhecimento, habilidades e oportunidades que são essenciais para seu crescimento pessoal e profissional.

Nesse ponto, é importante destacar que, quando uma parcela significativa da população não tem acesso à educação, o resultado é uma lacuna de competências e oportunidades. Essas pessoas podem enfrentar dificuldades em encontrar emprego, desenvolver atividades para gerar renda, melhorar suas condições de vida e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Além disso, a falta de educação pode perpetuar o ciclo da pobreza e da exclusão social, tornando difícil para esses indivíduos quebrarem essas barreiras.

Sob esta ótica, a implementação de abordagens educacionais inclusivas e acessíveis é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem ou localização, tenham a oportunidade de adquirir conhecimento e habilidades que lhes permitam alcançar seu potencial máximo. A educação é um direito humano fundamental, e garantir que ela seja acessível a todos é crucial para promover a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras e de qualquer outra população. Portanto, a falta de acesso à educação é preocupante, pois representa uma privação significativa de oportunidades e um obstáculo para o progresso das gerações mais jovens e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dessas comunidades.

É relevante mencionar a situação crítica causada pelo fechamento da escola local, que forçou muitas famílias a se mudarem para os centros urbanos, como Matinhos e Guaratuba, em busca de acesso à educação aos seus filhos. Esse deslocamento diário, inclusive de barco, relatado por um dos entrevistados para garantir que suas filhas frequentem a escola em Guaratuba, demonstra o compromisso das famílias com a educação de suas crianças. No entanto, essa realidade ilustra a falta de infraestrutura educacional nas comunidades caiçaras, bem como a necessidade de políticas que garantam o acesso à educação de qualidade, independentemente da localização geográfica.

Além disso, um desafio adicional à sustentabilidade dessas comunidades é a idade média elevada dos moradores. A maioria dos entrevistados se declarou aposentada, o que coloca em evidência a questão do envelhecimento da população. À medida que as gerações mais jovens buscam oportunidades fora da região, a preservação das tradições e do modo de vida caiçara tornam-se mais tênue. A saída

dos jovens em busca de educação e empregos em áreas urbanas é uma tendência que ameaça a continuidade dessas comunidades.

A predominância de moradores que se declararam aposentados, com uma idade média de 71,1 anos entre os entrevistados, é particularmente relevante porque as atividades tradicionais das comunidades caiçaras, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, exigem um vigor físico e uma capacidade de trabalho que diminuem naturalmente com o envelhecimento. A agricultura, por exemplo, envolve tarefas que demandam esforço físico significativo, como o cultivo de mandioca, abacaxi e arroz, a caça de pequenos animais silvestres e a extração de produtos florestais não madeiráveis, como ervas medicinais e palmito.

A idade avançada dos moradores também impacta a capacidade de participação em atividades econômicas que possam gerar renda para a comunidade. Embora 20% dos entrevistados tenham mencionado atividades relacionadas ao turismo de base comunitária como uma fonte de complemento de renda, essa opção não é viável para todos, especialmente aqueles que enfrentam limitações de mobilidade devido à idade.

Além disso, a falta de renovação geracional nas atividades tradicionais ameaça a transmissão dos conhecimentos e saberes ancestrais que são essenciais para a manutenção da cultura caiçara. A ausência de jovens interessados em aprender e continuar essas práticas tradicionais pode resultar na perda irreparável de tradições que são fundamentais para a identidade e a história da comunidade.

Nesse contexto, a idade média elevada dos moradores não apenas representa um desafio econômico e de sustentabilidade, mas também coloca em risco a preservação das práticas culturais e do conhecimento tradicional da comunidade caiçara. Para garantir a continuidade dessas comunidades e a manutenção de suas tradições, é necessário abordar de forma abrangente os desafios relacionados ao envelhecimento da população e criar estratégias que envolvam ativamente as gerações mais jovens no processo de preservação cultural e sustentabilidade econômica.

Em suma, a questão da educação e do envelhecimento nas comunidades caiçaras está intrinsecamente ligada à sustentabilidade dessas populações. A implementação de estratégias educacionais inclusivas e a criação de oportunidades para as gerações mais jovens são cruciais para garantir a continuidade das comunidades tradicionais. Além disso, o acesso à educação deve ser considerado

como um direito humano fundamental, e é responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade assegurar que todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

4.4.4 Impactos nas Práticas Tradicionais

As restrições impostas pela criação do parque afetaram profundamente as práticas tradicionais, incluindo agricultura de subsistência, criação de animais e atividades de pousio. A impossibilidade de continuar com essas práticas seculares devido a regulamentações ambientais provocou uma erosão do saber coletivo transmitido de geração em geração. A prática de Guajus, que desempenhava um papel fundamental nas interações sociais e culturais, quase desapareceu, alterando drasticamente a vida social nas comunidades.

Essa situação parece ser algo que afeta de modo especial a memória dos moradores tradicionais. Eles relatam lembranças com muito saudosismo e melancolia. Informam, especialmente sobre os Guajus, que eram momentos de muita alegria vivenciados entre familiares e amigos e que, ainda, contribuíam para a melhora da capacidade econômica das famílias.

Os impactos da criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange nas práticas tradicionais dos caiçaras da comunidade Salto do Parati são muito evidentes. As restrições impostas por regulamentações ambientais afetaram significativamente atividades que eram centrais para a subsistência e a identidade cultural dessas comunidades. Entre essas atividades, destacam-se a agricultura de subsistência, a criação de animais e as práticas de pousio.

A agricultura de subsistência desempenhava um papel fundamental na garantia de alimentação e renda para as famílias caiçaras. No entanto, as regulamentações ambientais proibiram práticas tradicionais, como a técnica de "derruba e queima", que era usada para preparar a terra para o cultivo. A proibição tem motivação ambiental uma vez que a queima descontrolada da vegetação pode causar danos significativos à biodiversidade, contribuir para a erosão do solo e até mesmo aumentar o risco de incêndios florestais. Entretanto, para as comunidades caiçaras o prejuízo decorre do fato de que, sem essa prática, é preciso encontrar alternativas viáveis para preparar o solo e cultivar alimentos. Muitas vezes, essas alternativas são mais trabalhosas, exigem mais recursos, ou não são tão eficazes quanto o método tradicional. Essa

proibição representou um sério obstáculo para a continuidade da agricultura de subsistência, que historicamente sustentou essas comunidades.

Da mesma forma, a criação de animais, como suínos e cabras, também sofreu restrições devido à proibição do uso de defensivos agrícolas e práticas de manejo que eram comuns entre os moradores tradicionais. Isso afetou não apenas a oferta de carne e produtos derivados, mas também a prática cultural de "Guajus".

Os "Guajus" eram momentos especiais de interações sociais e culturais nas comunidades caiçaras. Nessas ocasiões, toda a comunidade se reunia para ajudar um morador em uma atividade específica, como o plantio, a colheita ou a construção. Esses momentos não apenas fortaleciam os laços entre familiares e amigos, mas também desempenhavam um papel crucial na melhoria da capacidade econômica das famílias.

Hoje, essas práticas tradicionais estão à beira da extinção, e as comunidades experimentam uma profunda melancolia ao recordar os tempos em que os "Guajus" eram uma parte vibrante de suas vidas. A erosão do saber coletivo transmitido de geração em geração é uma perda irreparável para a cultura caiçara, pois essas práticas não eram apenas formas de subsistência, mas também pilares da identidade e da coesão social.

Nesse contexto, os impactos nas práticas tradicionais são um aspecto crucial a ser considerado na discussão dos desafios enfrentados pelas comunidades caiçaras após a criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange. A preservação dessas práticas e a revitalização das atividades culturais são essenciais para manter a rica herança dessas comunidades e garantir a continuidade de suas tradições.

4.4.5 Falta de Consulta Pública e Diálogo

A falta de consulta pública efetiva durante o processo de criação do parque é uma preocupação crítica. Nenhum dos entrevistados foi consultado anteriormente ou durante a criação do parque e só souberam das mudanças através de terceiros. Isso levanta questões sobre a transparência e a participação das comunidades afetadas nas decisões que impactam diretamente suas vidas e tradições.

Quadros *et al.* (2015), em um estudo que analisou a experiência da criação e gestão do Conselho Consultivo do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, explica que

essa UC foi a primeira do Brasil a ser criada por lei (Lei 10.227 de 23 de maio de 2001) e que teve um processo atípico:

o processo de criação do Parque foi atípico, conduzido pelo Congresso Nacional na forma de Lei Federal, não contando com a participação das comunidade locais. Esse processo resultou no estabelecimento de emblemáticos conflitos socioambientais com o entorno da UC e no desconhecimento sobre as implicações que a criação da unidade traria às atividades e aos modos de vida da população local, já que essas questões são discutidas e esclarecidas durante as audiências públicas que antecedem a criação dos Parques Nacionais (Limont et al 2007 apud Quadros et al 2015, p. 9).

A falta de consulta pública efetiva, durante o processo de criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange, é uma preocupação crítica que emerge das descobertas deste estudo. É notável que nenhum dos entrevistados tenha sido consultado anteriormente, ou durante a criação do parque, e a maioria deles só tomou conhecimento das mudanças que afetariam diretamente suas vidas e tradições por meio de terceiros. Esse cenário levanta questões profundas sobre a transparência e a participação das comunidades tradicionais nas decisões que impactam significativamente seu modo de vida.

A ausência de um processo de consulta adequado representa uma violação dos direitos dessas comunidades, especialmente no que diz respeito aos seus direitos humanos e ao reconhecimento de sua importância na preservação do meio ambiente. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, estipula que as comunidades indígenas e tribais têm o direito de serem consultadas antes de qualquer medida legislativa ou administrativa que afete seus direitos. Embora as comunidades caiçaras não sejam estritamente indígenas, compartilham muitas semelhanças em termos de conexão com a natureza e práticas tradicionais.

A falta de consulta prévia e diálogo direto com as comunidades afetadas resulta em uma série de impactos negativos. Primeiramente, abala negativamente a confiança das comunidades nas autoridades responsáveis e no processo de preservação ambiental. Isso pode levar ao ressentimento e à resistência por parte das comunidades, que podem se sentir excluídas e desconsideradas nas decisões que afetam suas vidas.

Além disso, a falta de consulta pública efetiva pode prejudicar a eficácia das medidas de preservação ambiental. Sem o envolvimento ativo das comunidades locais, as ações de conservação podem encontrar resistência e até mesmo sabotagem, tornando mais difícil alcançar os objetivos de proteção ambiental.

Portanto, é imperativo que o processo de gestão do Parque Nacional Saint Hilaire Lange e de outras áreas protegidas considere seriamente a inclusão das comunidades tradicionais nas tomadas de decisão. Isso não apenas atende aos princípios de justiça e respeito aos direitos humanos, mas também pode levar a uma preservação mais eficaz e sustentável do ambiente, na medida em que as comunidades locais têm um conhecimento valioso sobre a região e um interesse genuíno em sua conservação.

4.4.6 Desejo de Permanecer na Região

Apesar das dificuldades, é notável que todos os entrevistados expressaram um desejo firme de permanecer na região. Isso ressalta o profundo apego cultural e emocional que essas comunidades têm à sua terra e estilo de vida. Eles não buscam se mudar, mas desejam melhores condições de sobrevivência no local onde nasceram. O vínculo, a relação forte com o mar e a natureza é expressa no olhar.

Certamente, o forte desejo de permanecer na região, expressado por todos os entrevistados, apesar das inúmeras dificuldades e desafios enfrentados, é uma das descobertas mais notáveis deste estudo. Esse sentimento é muito significativo e revela o profundo apego cultural e emocional que as comunidades caiçaras do entorno do Parque Nacional Saint Hilaire Lange têm em relação à sua terra, ao mar e ao seu estilo de vida tradicional. Essa relação já havia sido relatada por Santos e Quadros (2016) em trabalho que teve por objetivo identificar aspectos gerais de relações de conflitos existentes entre a população do Parati e as UCs presentes no território

Do ponto de vista socioambiental, os moradores do Parati reconhecem como importantes elementos naturais da paisagem a água, a beleza da mata, os pássaros, o mar, o palmito, os animais, os peixes e os mariscos. Esses dados reforçam o que já comentamos anteriormente: a população estabelece sempre uma relação direta ou simbólica utilitarista com os recursos. [...] Nossa percepção da natureza tem como base três dimensões da mente: valor, em que há polaridade entre valores utilitários, de um lado, e valores intrínsecos, de outro; científico analítico, em que a biodiversidade é percebida como fenômeno a ser explicado e organizado; e experiencial, que nada mais

é do que nossas lembranças vividas, ou chamadas experiências de pico. Assim, percebemos nas respostas de forma mais evidente elementos das dimensões de valor e experiencial. (Santos e Quadros, 2016, p. 156)

Essa relação contribui decisivamente para que a comunidade não veja a mudança como uma solução para suas lutas. Pelo contrário, eles compartilham uma conexão arraigada com a região onde nasceram e cresceram. É nesse ambiente que suas tradições foram moldadas ao longo de gerações, onde aprenderam as práticas de subsistência, compartilharam momentos de alegria e construíram relações familiares e comunitárias sólidas.

Esse desejo de permanecer na região ressalta a importância de considerar não apenas a preservação ambiental, mas também a sustentabilidade das comunidades humanas que habitam essas áreas protegidas. É um lembrete de que as políticas de conservação devem ser formuladas com um entendimento profundo das necessidades e aspirações das pessoas que vivem em estreita relação com a natureza.

Portanto, ao planejar medidas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas, é fundamental incluir as vozes e perspectivas das comunidades locais. Isso não apenas reconhece seus direitos e interesses legítimos, mas também contribui para a eficácia das iniciativas de preservação, pois essas comunidades são parceiras valiosas na proteção do meio ambiente, trazendo consigo um conhecimento valioso e um compromisso inabalável com a terra que chamam de lar.

Os resultados desta pesquisa indicam claramente que as políticas de preservação ambiental podem ter impactos significativos nas comunidades tradicionais, às vezes resultando em efeitos adversos, como o êxodo e a erosão das práticas culturais. Isso destaca a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas ao planejar e implementar políticas de conservação.

Atualmente, os problemas vivenciados pelos remanescentes caiçaras da comunidade do Parati os colocam, como bem disse Hayama et al. (2018, p. 608) na condição de “Refugiados Ambientais” e, de forma ainda mais específica, “Refugiados da Conservação.” A implantação das UCs, muito além da conservação, traz também prejuízos como a extinção, expulsão e opressão das comunidades tradicionais.

A falta de consulta pública efetiva é um ponto crítico que deve ser abordado para garantir que as comunidades tradicionais sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam seu modo de vida.

Além disso, é fundamental considerar estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam a coexistência de conservação ambiental e práticas tradicionais, como o extrativismo sustentável, a agricultura orgânica e os cultivos marinhos. Isso pode incluir programas de capacitação, educação ambiental e oportunidades de subsistência que estejam alinhadas com os valores e as necessidades das comunidades locais.

Ainda em sede de discussão dos resultados, é importante registrar que a pesquisa contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito pelas culturas e identidades das comunidades tradicionais, destacando a importância de políticas que promovam a proteção do meio ambiente sem comprometer o bem-estar e, até mesmo, o existir dessas comunidades.

4. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram um quadro complexo e multifacetado, onde a criação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange se apresentou como elemento causador de um impacto significativo na comunidade caiçara, ocasionando êxodo de famílias e erosão de práticas tradicionais. A falta de consulta pública efetiva durante o processo de criação do parque também suscitou preocupações sobre a transparência e a participação das comunidades nas decisões que afetam diretamente suas vidas e tradições.

Apesar dos desafios enfrentados, os moradores demonstraram um profundo vínculo com a terra e estilo de vida, expressando um forte desejo de permanecer na região. Essa situação demonstra a importância de considerar estratégias de desenvolvimento sustentável que permitam a coexistência da conservação ambiental com práticas tradicionais, como o extrativismo sustentável, a agricultura orgânica e os cultivos marinhos. Além disso, enfatiza a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas ao planejar e implementar políticas de conservação.

É importante ressaltar que a educação desempenha um papel crucial na sustentabilidade das comunidades tradicionais. Os níveis de escolaridade abaixo da

média nacional destacam a necessidade de abordagens educacionais inclusivas nessas comunidades, visando garantir o acesso à educação para todas as gerações.

De um modo geral, a pesquisa contribui para o debate sobre como equilibrar a conservação ambiental com o respeito pelas culturas e identidades das comunidades tradicionais. Ela destaca a importância de políticas que promovam a proteção do meio ambiente sem comprometer o bem-estar e a existência dessas comunidades. No entanto, também ressalta a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa que envolva as comunidades afetadas nas decisões que moldam seu futuro.

Em síntese, as conclusões deste estudo incentivam uma reflexão sobre o desafio global de conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais que desempenham um papel fundamental na conservação de ecossistemas únicos e na preservação da diversidade cultural.

4.6 REFERÊNCIAS

ANACLETO, A; ANDREOLLI, V. M.; MURARO, D.; ANACLETO, A. F. M. As relações entre justiça social e desenvolvimento sustentável em remanescentes de comunidades caiçaras inseridas em ambientes florestais no litoral sul do Estado do Paraná. In: **Congresso Internacional de administração**, 2007, Ponta Grossa. Anais do Congresso Internacional de Administração, v. 1, n.1, 8p, 2007a.

ANACLETO, A; A pesca de siri com gaiolas no litoral paranaense: entre novas e velhas aprendizagens. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**. v.15, n. 12, 2023. No prelo.
BORNANCIN, A. P. **A O uso das plantas medicinais nativas não madeiráveis: possibilidades de um recurso específico potencial no litoral do Paraná**. Dissertação. UFPR litoral, 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2007. Decreto nº6040, de 7 de fevereiro de 2007.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Doutorado em Ciências) Pós-Graduação em Agronomia, área de concentração em Produção Vegetal 222p, 2010.

MELLINGER, L.; FLORIANI, D. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná. **Ambiente e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-22. 2015.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Cortez: Brasília, 2006.

NEGRELLE, R. R. B.; LIMA, R. E. **Meio ambiente e desenvolvimento no Litoral do Paraná: subsídios à ação**. Curitiba: NIMAD/UFPR, 2002.

PNSHL. **Parque Nacional Saint Hilaire Lange: Informações Gerais**. Disponível em: <<https://parnasainthilairelange.wordpress.com>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.472p.

SALOMON, J.-J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 17, p. 07–33, jan. 1993.

SILVA, F. C.; PERIN, E. J.; DESCHERMAYER, S. R. O declínio da pesca artesanal e a ostreicultura como alternativa sustentável. In: **Anais...** Congresso Internacional de Administração, 2007, Ponta Grossa. Anais do Congresso Internacional de administração 2007, v. único, 9p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 34, p. 38, 2006.

THUM, C. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 162-179, 2017.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, p. 249-309, 2006.

WOLF, E. **Tipos de campesinato latino americano: uma discussão preliminar**. In: Antropologia e poder. Brasília. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

ZANATTA, R. A. F.; FERREIRA, M. R. Cortar Pra Quê? A Sensibilização de Comunidades Rurais no Entorno das Unidades de Conservação do Litoral Paranaense sobre a Despolpa do Açaí de Juçara. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, p. 3772-3775, 2009.

HAYAMA, Andrew Toshio. **Comunidades Caiçaras da Ilha do Cardoso, Conflitos Socioambientais e Refugiados da Conservação**. Refugiados Ambientais, p. 608, 2018.

QUADROS, J.; GIRALDI-COSTA, A. C.; DE SOUZA SEZERINO, F.; DOS SANTOS, P. A. Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O caso do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. **Sustainability in Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.

SANTOS, P. e QUADROS, J. Atores sociais e conflitos sócioambientais: uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, Litoral do Paraná. Litoral do

Paraná, Território e Perspectivas. Vol. 1 **Sociedade, Ambiente e Gestão**. p. 143-173, 2016.

5 IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS E OS DIREITOS AMBIENTAIS

Uma análise profunda e interdisciplinar das políticas públicas e seu impacto nas comunidades tradicionais no litoral do Paraná, com um enfoque central nas ciências ambientais é o que representa este estudo. A pesquisa investigou as consequências da criação do Parque Nacional Saint Hilaire Lange na comunidade caiçara do Salto do Parati, trazendo à tona uma série de questões complexas e importantes que afetam não apenas o ambiente natural, mas também a vida e as tradições dessas comunidades.

A questão problema que norteou essa pesquisa indagou se tais políticas são capazes de promover a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, gerar desenvolvimento sustentável, respeitando o contexto histórico dessas comunidades. O objetivo geral foi elaborar um diagnóstico relativo às famílias remanescentes em comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba, avaliando se, em suas perspectivas, tiveram seus direitos fundamentais garantidos após a implantação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange.

Em uma de suas faces, o estudo buscou promover uma caracterização socioeconômica e cultural das famílias remanescentes de comunidades caiçaras na Baía de Guaratuba, que residem na área do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange. Nesse ponto, os resultados obtidos revelaram uma realidade complexa, onde o perfil dessas comunidades foi moldado ao longo de gerações pela interação com o meio ambiente e a natureza. No entanto, também foram identificadas situações problemáticas como a média de idade elevada dos moradores tradicionais, além de restrições no acesso à educação, com 40% dos entrevistados nunca tendo frequentado a escola. Aqui é relevante mencionar a situação crítica causada pelo fechamento da escola local, processo que segundo Santos e Quadros (2016, p. 157) teve início em 2009 e se concluiu em 2014. A ausência da escola forçou muitas famílias a se mudarem para os centros urbanos, como Matinhos e Guaratuba, em busca de acesso à educação para seus filhos. A escola desempenha um papel vital na capacitação dessas comunidades para enfrentar os desafios do presente e do futuro, e garantir que as gerações mais jovens possam encontrar oportunidades dentro de suas próprias comunidades. A educação é um direito humano fundamental,

e garantir que ela seja acessível a todos é crucial para promover a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras e de qualquer outra população. Portanto, a falta de acesso à educação é preocupante, pois representa uma privação significativa de oportunidades e um obstáculo para o progresso das gerações mais jovens e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dessas comunidades.

Em outra face, o estudo também buscou identificar se as políticas públicas previstas na criação do Parque Ambiental Nacional Saint-Hilaire Lange, na autopercepção dos entrevistados, foram de fato implantadas e quais impactos geraram ao desenvolvimento após a criação do parque. Os resultados apontaram que o processo de criação do parque teve conseqüências significativas, incluindo um êxodo de famílias caiçaras e restrições severas às práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência e a criação de animais. A falta de consulta pública efetiva durante esse processo levantou questões sobre transparência e participação das comunidades afetadas nas decisões que impactam suas vidas e tradições. A criação do parque, embora destinada à proteção da natureza, teve impactos profundos nas vidas das pessoas que vivem na região há gerações. O êxodo dessas famílias, as restrições às práticas tradicionais e a falta de consulta pública efetiva são apenas algumas das questões críticas que emergiram e atentam contra direitos fundamentais da comunidade caiçara do Parati.

Por derradeiro, a pesquisa buscou promover uma análise sob o enfoque interdisciplinar, evidenciando as limitações e potencialidades do sistema de produção-consumo-comércio-cultura dentro da área do parque e seus impactos na sobrevivência das famílias. Os resultados apontaram para a necessidade de abordagens mais holísticas que considerem não apenas a biodiversidade, mas também a socio diversidade. Alternativas como o extrativismo sustentável, a agricultura orgânica e os cultivos marinhos, que asseguram o sustento das famílias e promovem a geração de renda sem prejudicar a natureza, surgiram como estratégias viáveis para garantir a subsistência dessas comunidades, desde que implementadas de forma responsável e em colaboração estreita com os moradores locais. Nesse ponto, é importante considerar que tais ações visam atender o direito de acesso à alimentação, um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal. Tais direitos segundo determinado pela própria Constituição Federal, bem

como pela Lei 11.346/06 que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, deve ser garantido pelo poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O estudo reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa na formulação das políticas públicas que afetam as comunidades tradicionais e o meio ambiente. A preservação da natureza e das culturas locais não precisa ser mutuamente excludente. Ao contrário disso, a preservação da natureza e das culturas locais podem mais do que coexistir se fortalecerem mutuamente. Nesse ponto, é importante uma consideração sob as perspectivas do conhecimento e saber tradicional, da cultura e identidade, das estratégias de sustentabilidade e da participação comunitária.

Sob a perspectiva do conhecimento e saber tradicional, é fato que as comunidades tradicionais muitas vezes têm um profundo conhecimento sobre os ecossistemas em que vivem. Seus saberes tradicionais são resultados de gerações de interação com a natureza e frequentemente se alinham com princípios de conservação. Portanto, ao envolver essas comunidades na gestão de áreas de preservação ambiental, pode-se acessar esse conhecimento valioso e usá-lo para promover práticas de conservação eficazes.

Em relação à cultura e identidade, a preservação das culturas locais é um aspecto importante dos direitos humanos. Ademais, o respeito à identidade cultural e ao modo de vida das comunidades é fundamental. Ao permitir que as comunidades continuem a viver em harmonia com a natureza e a praticar suas tradições, as políticas de conservação podem contribuir para a promoção dos direitos culturais das pessoas.

No que se refere às estratégias sustentáveis, a pesquisa revelou alternativas como o extrativismo responsável e a agricultura orgânica, que pode permitir que as comunidades atendam às suas necessidades econômicas sem degradar o meio ambiente. Essas práticas podem ser incorporadas às políticas públicas, garantindo um equilíbrio entre preservação e subsistência.

Já no que tange à participação comunitária, a falta de consulta pública efetiva durante o processo de criação do Parque Ambiental Saint-Hilaire Lange, apesar de seu processo atípico por ter sido a primeira UC criada por Lei, surgiu como uma questão crítica. Para garantir que a conservação seja eficaz e respeitosa com os direitos das comunidades, é essencial envolvê-las desde o início. A participação ativa

delas na tomada de decisões pode levar à criação de políticas mais equilibradas que considerem tanto a proteção do meio ambiente quanto às necessidades e tradições locais.

Com a devida consideração, diálogo e cooperação, é possível alcançar um equilíbrio que permita um futuro sustentável para as comunidades tradicionais no litoral do Paraná. No entanto, para isso, é fundamental garantir a participação das comunidades nas decisões que afetam suas vidas e a implementação de políticas que respeitem seus direitos fundamentais. E esse é um ponto de extrema importância no contexto das comunidades tradicionais, a garantia dos direitos fundamentais desempenha um papel crucial na preservação de suas identidades culturais, na promoção de seu bem-estar e na proteção de suas formas de vida sustentáveis. Fundamentados em princípios legais nacionais e internacionais, esses direitos são essenciais para assegurar que as comunidades tradicionais desfrutem de igualdade, dignidade e participação efetiva nas decisões que afetam suas vidas.

Uma questão central para muitas comunidades tradicionais é o direito à terra e ao território. O reconhecimento legal desses direitos é fundamental para proteger suas práticas culturais, econômicas e de subsistência. No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 reconhece esses direitos no artigo 231, que garante aos povos indígenas a posse permanente de suas terras, e no artigo 68, que reconhece as terras quilombolas. Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece direitos semelhantes para populações indígenas e tribais em todo o mundo. Os caiçaras vivem uma situação peculiar quando em áreas de preservação, mas que merecem o reconhecimento e amparo legal pelo vínculo que têm com a terra que ocupam. Sobre isso, é importante registrar que o ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Constituição Federal e o Decreto 6040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhece o direito das comunidades caiçaras às terras que tradicionalmente ocupam, desde que estejam cumpridos determinados requisitos. Isso significa que essas comunidades têm o direito à posse permanente de suas terras, desde que comprovem sua ocupação histórica e a manutenção de sua cultura e modos de vida tradicionais.

O direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado é fundamental quando se trata de medidas que afetam as comunidades tradicionais, como a criação de áreas de preservação ambiental. Esse direito, consagrado na Convenção 169 da OIT e em outros instrumentos internacionais, exige que as comunidades sejam

consultadas e tenham a oportunidade de dar ou negar seu consentimento antes que decisões sejam tomadas. No contexto brasileiro, a Convenção 169 da OIT, integrada ao ordenamento jurídico nacional por força do Decreto 10088 (2019), é que estabelece diretrizes para a consulta a povos e comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais têm o direito fundamental de preservar e praticar suas culturas, línguas e tradições. Isso inclui o direito de manter suas práticas econômicas, sociais e espirituais tradicionais. O reconhecimento desse direito contribui para a diversidade cultural e para a riqueza do patrimônio humano. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais são exemplos de instrumentos que fortalecem esses direitos.

O acesso à educação e à saúde é essencial para o bem-estar das comunidades tradicionais. Garantir escolas e serviços de saúde adequados nas áreas onde vivem é fundamental. Para as comunidades tradicionais, a relação com o meio ambiente é intrínseca à sua cultura e sobrevivência. Assim, especialmente para esses povos, o direito a um meio ambiente equilibrado, conforme previsto na Constituição Brasileira, é essencial, pois impacta diretamente nas suas práticas sustentáveis. A proteção do meio ambiente também está alinhada com tratados internacionais, como o Acordo de Paris, que busca mitigar as mudanças climáticas.

Como se vê, a garantia dos direitos fundamentais no contexto das comunidades tradicionais, neste caso tendo-se por base a comunidade remanescente caiçara do Parati, não é apenas uma questão de justiça, mas também de preservação da diversidade cultural e da sustentabilidade ambiental. O respeito a esses direitos é fundamental para assegurar que essas comunidades continuem a contribuir para a riqueza do patrimônio humano e para a proteção do meio ambiente. Portanto, a proteção e implementação efetiva desses direitos, conforme estabelecido em instrumentos legais nacionais e internacionais, é essencial para promover um futuro mais justo e sustentável para as comunidades tradicionais.

Nesse contexto, é importante destacar que a conservação da natureza também é potencializada uma vez que além de maior engajamento das comunidades nas ações de conservação, as mesmas se colocam à disposição deste fim com todos os seus conhecimentos e práticas tradicionais, e as políticas implementadas se tornam mais legítimas e apoiadas. Forma-se com isso um ambiente mais propício para

aplicação das novas regras e que estimula e viabiliza a cooperação entre os seus atores.

Essa abordagem interdisciplinar, com base nas ciências ambientais, destaca a necessidade de considerar o contexto histórico e cultural das comunidades tradicionais, bem como seus direitos humanos, ao criar e implementar políticas de preservação ambiental. A integração desses elementos pode ser a chave para promover um desenvolvimento sustentável que potencialize a conservação da natureza e, ainda, proteja as tradições e o bem-estar das comunidades tradicionais.

5.1 REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de nov. 2023.

BRASIL, Decreto 6040 (2007). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 05/11/2023.

BRASIL, Decreto 10088 (2019). Anexo LXXII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art6. Acesso em: 05/11/2023.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza Intocada / Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. - 6." ed. ampliada - São Paulo: Hucitee: Nupaub-USP/CEC. 2008.

SANTOS, P. e QUADROS, J. Atores sociais e conflitos socioambientais: uma caracterização da localidade do Parati, Guaratuba, Litoral do Paraná. Litoral do Paraná, Território e Perspectivas. Vol. 1 **Sociedade, Ambiente e Gestão**. p. 143-173, 2016.